

JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO



Relatório Anual de Atividades 2017

Campo Grande-MS, 2018

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório registra as principais ações, dados estatísticos e análises de desempenho das Unidades Judiciárias e Administrativas do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, concernentes ao exercício de 2017, em cumprimento ao disposto no inciso XXXVI do artigo 24 do Regimento Interno.

No âmbito do segundo grau de jurisdição, dados da movimentação processual demonstram que o percentual de produtividade no ano foi de 104,85%. Em razão de um esforço concentrado, o Tribunal aumentou o número de sessões de julgamento comparativamente ao exercício anterior: em 2016, foram realizadas 151 sessões, e, em 2017, 191. Com essa iniciativa, possibilitou-se que o total de processos julgados no segundo grau alcançasse um patamar acima do esperado. Em 2017, foram pautados 13.194 processos; em 2016, 11.995.

Relativamente à primeira instância, o percentual de produtividade dos magistrados foi ainda mais significativo: saltou de 95,5%, no ano de 2016, para 111,23% em 2017, representando um aumento de 15,73%. Isso mostra o resultado de um esforço vigoroso da Administração em disponibilizar servidores aos Juízes Substitutos para atuarem como seus assistentes, de modo a imprimir maior celeridade processual no primeiro grau de jurisdição, notadamente na fase de conhecimento.

Na área de gestão estratégica, formalizou-se o portfólio de projetos, por meio do qual se consolidaram os planos oriundos de diversas áreas do Tribunal. Esse trabalho foi proposto com vistas à centralização do processo decisório e à agregação de valor ao Órgão, uma vez que maximiza os melhores resultados e está intrinsecamente ligado à visão estratégica organizacional, alinhando-se com as metas e os objetivos prementes da Instituição.

Para a otimização dos processos de aquisição de bens e serviços, e visando a padronizar procedimentos, a Administração elaborou o Manual de Aquisições do TRT da 24ª Região, instituído pela Portaria TRT/GP/DG nº 74/2017, que passou a vigorar em junho de 2017. Referido instrumento trouxe inovação com a descentralização dos processos de compras, haja vista que a norma delegou para as unidades executoras a instrução dos processos de aquisição. Tal adoção teve origem na necessidade verificada em face do congestionamento de processos em apenas uma unidade, decorrente da falta de recursos humanos.

Outro destaque da Administração Regional em 2017 foi a criação do Setor de Gestão Socioambiental, para dar maior efetividade à política interna de sustentabilidade, com a promoção e a coordenação das ações de responsabilidade socioambiental, o estímulo ao consumo consciente e o combate ao desperdício, bem como a realização de estudos, pesquisas e levantamentos concernentes ao assunto.

Com a divulgação do Relatório de Atividades, o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região obedece aos princípios da publicidade e da transparência da gestão dos recursos da União, resguardando aos cidadãos o direito de acesso às informações de interesse público e de participação nas ações de fortalecimento da Justiça do Trabalho.

João de Deus Gomes de Souza
Desembargador Presidente

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO

Presidente e Corregedor

Desembargador JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA

Vice-Presidente e Vice-Corregedor

Desembargador NICANOR DE ARAÚJO LIMA

Ouvidor

Desembargador NICANOR DE ARAÚJO LIMA

Diretor da Escola Judicial do TRT da 24ª Região

Desembargador AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

Desembargador ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA

Desembargador RICARDO GERALDO MONTEIRO ZANDONA

Desembargador MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA

Desembargador FRANCISCO DAS C. LIMA FILHO

Desembargador NERY SÁ E SILVA DE AZAMBUJA

COMPOSIÇÃO DAS TURMAS

Primeira Turma

Desembargador Presidente ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA

Desembargador MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA

Desembargador NERY SÁ E SILVA DE AZAMBUJA

Segunda Turma

Desembargador Presidente AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

Desembargador RICARDO GERALDO MONTEIRO ZANDONA

Desembargador FRANCISCO DAS C. LIMA FILHO

JUÍZES TITULARES e VARAS DO TRABALHO

AMAMBAI

Titular: Juíza Fátima Regina de Saboya Salgado

AQUIDAUANA

Titular: Juiz Orlandi Guedes de Oliveira

BATAGUASSU

Titular: Juiz Antônio Arraes Branco Avelino

CAMPO GRANDE

FÓRUM Trabalhista Senador Ramez Tebet

Diretor: Juiz Renato Luiz Miyasato de Faria

1ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Tomas Bawden de Castro Silva

2ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Júlio César Bebber

3ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Ademair de Souza Freitas

4ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juíza Marina Brun Bucker

5ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juíza Ivete Bueno Ferraz

6ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz João Marcelo Balsanelli

7ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Renato Luiz Miyasato de Faria

CASSILÂNDIA

Titular: Juiz Marcelino Gonçalves

CORUMBÁ

Titular: Juíza Anna Paula da Silva Santos

COXIM

Titular: Juiz Flávio da Costa Higa

DOURADOS

FÓRUM Trabalhista Doutor Lauro Machado de Souza

Diretora: Juíza Izabella de Castro Ramos

1ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juíza Izabella de Castro Ramos

2ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Marco Antonio Miranda Mendes

FÁTIMA DO SUL

Titular: Juiz Marco Antonio de Freitas

JARDIM

Titular: Juiz Aparecido Travain Ferreira

MUNDO NOVO

Titular: Juiz Marcelo Baruffi

NAVIRAÍ

Titular: Juiz Leonardo Ely

NOVA ANDRADINA

Titular: Juíza Neiva Márcia Chagas

PARANAÍBA

Titular: Juiz Luiz Divino Ferreira

PONTA PORÃ

Titular: Juiz Christian Gonçalves Mendonça Estadulho

RIO BRILHANTE

Titular: Juíza Kelly Cristina Monteiro Dias Estadulho

SÃO GABRIEL DO OESTE

Titular: Juiz Wellington Sebastião Gonçalves

TRÊS LAGOAS

FÓRUM Trabalhista Stênio Congro

Diretora: Juíza Beatriz Maki Shinzato Capucho

1ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juiz Carlos Roberto Cunha

2ª VARA DO TRABALHO

Titular: Juíza Beatriz Maki Shinzato Capucho

JUIZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS

(ordem de antiguidade)

Juiz MÁRCIO ALEXANDRE DA SILVA

Juiz DENILSON LIMA DE SOUZA

Juíza LILIAN CARLA ISSA

Juiz BÓRIS LUIZ CARDOZO DE SOUZA

Juiz MÁRIO LUIZ BEZERRA SALGUEIRO

Juíza KEETHLEN FONTES MARANHÃO

Juiz MARCIO KURIHARA INADA

Juiz IZIDORO OLIVEIRA PANIAGO

Juiz JOÃO CANDIDO

Juíza MARA CLEUSA FERREIRA JERONYMO

Juiz HERBERT GOMES OLIVA

Juíza VANESSA MARIA ASSIS DE REZENDE

Juíza ANA PAOLA EMANUELLI PEGOLO DOS SANTOS

Juiz MAURÍCIO SABADINI

Juiz GUSTAVO DORETO RODRIGUES

Juíza DÉA MARISA BRANDÃO CUBEL YULE

Juíza NADIA PELISSARI

Juiz RENATO DE MORAES ANDERSON

Juíza ERIKA SILVA BOQUIMPANI

Juíza FABIANE FERREIRA

Juíza DANIELA ROCHA RODRIGUES PERUCA

Juiz HÉLIO DUQUES DOS SANTOS

Juiz GERALDO FURTADO DE ARAUJO NETO

Juíza PATRÍCIA BALBUENA DE OLIVEIRA BELLO

Juíza PRISCILA ROCHA MARGARIDO MIRAULT

Juíza PRISCILA GIL DE SOUZA MURAD

Juiz ALEXANDRE MARQUES BORBA

Juiz VALDIR APARECIDO CONSALTER JÚNIOR

Juiz ANDRÉ LUIS NACER DE SOUZA

CARGOS DE DIREÇÃO NO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA
Ana Paula Maiolino Volpe

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO
Jorge Marques Batista

SECRETARIA DA CORREGEDORIA
Ely de Oliveira

ESCOLA JUDICIAL
Aily Maria Longhi Dangui

SECRETARIA JUDICIÁRIA
Maria Leonor Rocha

COORDENADORIA DE PROJETOS JUDICIÁRIOS
Gilberto Tuller Espósito

COORDENADORIA DE APOIO À PRIMEIRA INSTÂNCIA NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS
Felipe Sigarini da Silva

COORDENADORIA DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL
(extinto em 31.7.2017, transformado em Núcleo)
Marilu Higa Weber do Canto

COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES
Cláudia Torquato Scorsafava Farias, a contar e 1º.8.2017

DIRETORIA GERAL
José Norberto Pinheiro de Oliveira, até 29.3.2017
Alencar Minoru Izumi, a contar de 30.3.2017

SECRETARIA ADMINISTRATIVA
Gerson Martins de Oliveira

COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
Francisco das Chagas Brandão da Costa

COORDENADORIA DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES
Geslaine Perez Maquerte

COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
Alencar Minoru Izumi, até 29.3.2017
Adriano Pires de Souza, a contar de 30.3.2017

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO
Selzo Moreira Fernandes

COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
Rodrigo João Marques

CARGOS DE DIREÇÃO NAS SECRETARIAS DAS VARAS DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE AMAMBAI
Paulo Roberto Brescovit

VARA DO TRABALHO DE AQUIDAUANA
Artur Gomes Pereira

VARA DO TRABALHO DE BATAGUASSU
Juliana Maria Bovério

1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
Regiane Gimenez Barboza Belão

2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
Ângela Saara Martins

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
João Douglas Guio de Azevedo

4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
Edilson Tomi

5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
Odinéia Soares Coelho

6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
José Marqueis de Lima

7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE
Gilson do Espírito Santo

VARA DO TRABALHO DE CASSILÂNDIA
André Luiz Lauro

VARA DO TRABALHO DE CORUMBÁ
Willian Pinto Melo

VARA DO TRABALHO DE COXIM
Cláudia Giseli Vilela Marques

1ª VARA DO TRABALHO DE DOURADOS
Francisco de Paula

2ª VARA DO TRABALHO DE DOURADOS
Nilton Nogai

VARA DO TRABALHO DE FÁTIMA DO SUL
Alexandre Lopes Batista de Paiva

VARA DO TRABALHO DE JARDIM
João Martins Guerra

VARA DO TRABALHO DE MUNDO NOVO
Claudinei Monsalle

VARA DO TRABALHO DE NAVIRAÍ
Ronald da Silva Cançado

VARA DO TRABALHO DE NOVA ANDRADINA
Anízio de Souza Rocha

VARA DO TRABALHO DE PARANAÍBA
Riceli Roriz de Menezes Pereira

VARA DO TRABALHO DE PONTA PORÃ
Tiago Muller Soares

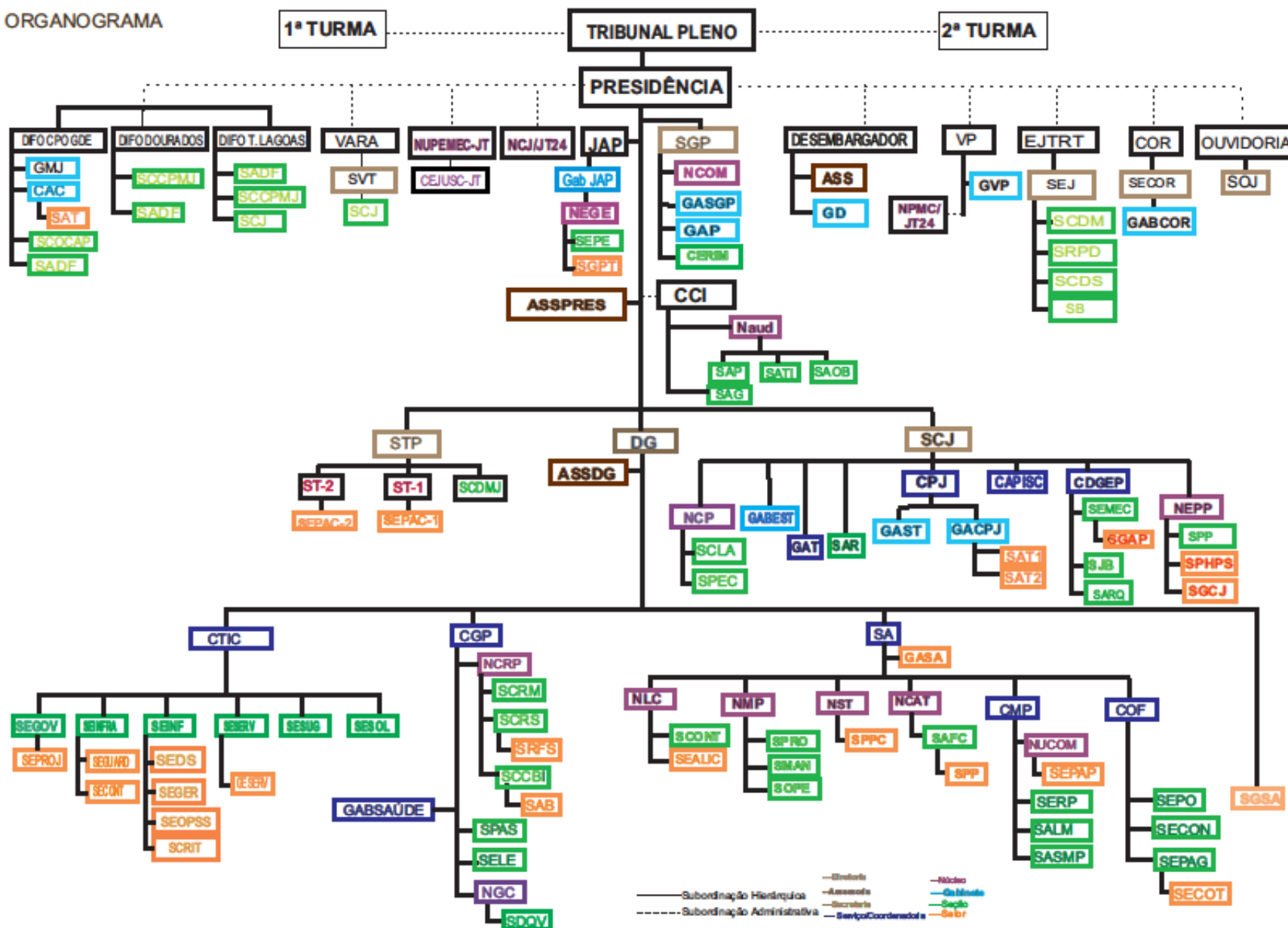
VARA DO TRABALHO DE RIO BRILHANTE
Adriana Boessio Stefanello

VARA DO TRABALHO DE SÃO GABRIEL DO OESTE
Marcelo Soares da Silva

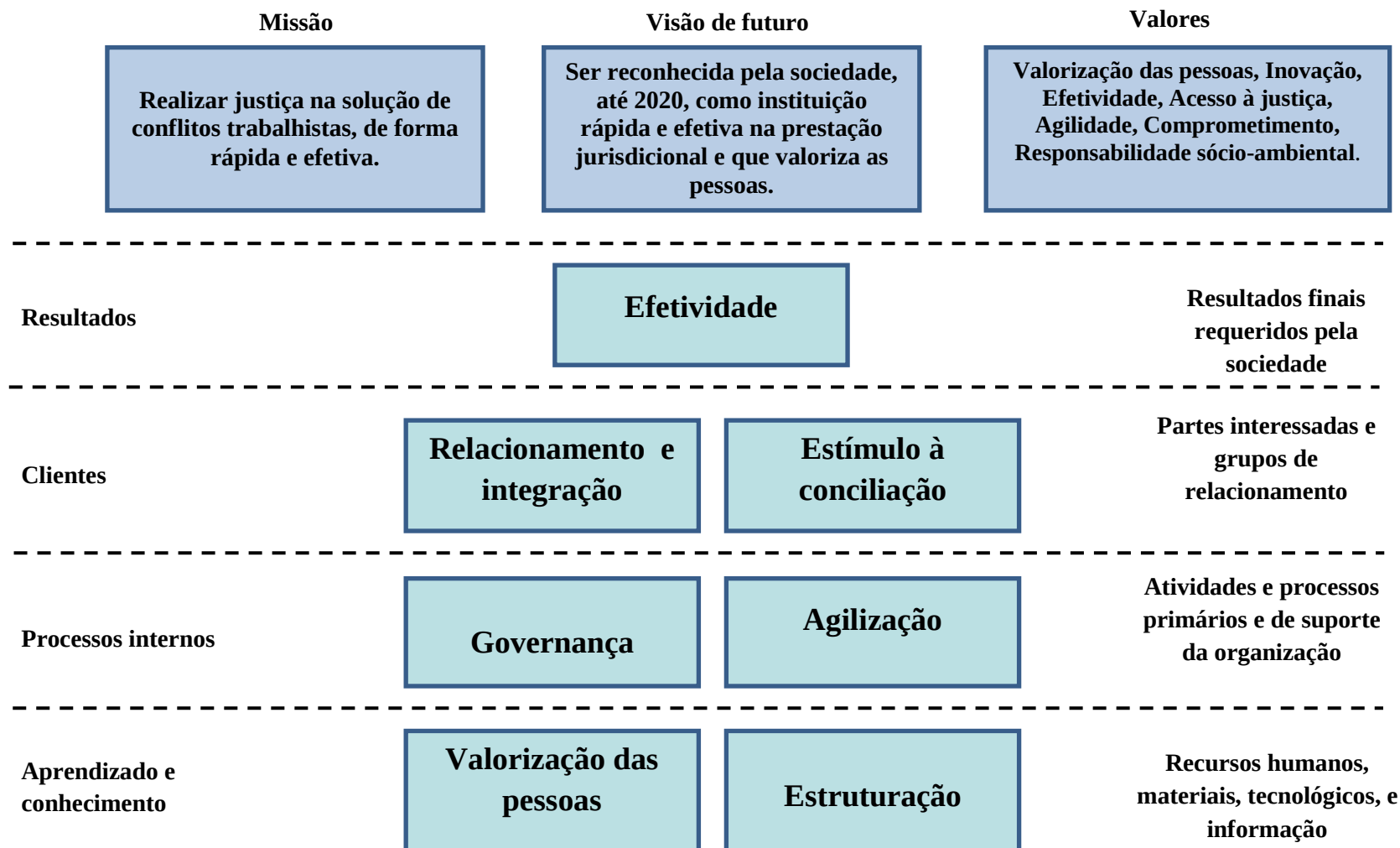
1ª VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS
Catarina Alves Arantes

2ª VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS
Washington Luiz Fernandes do Prado

ORGANOGRAMA



MAPA ESTRATÉGICO TRT 24ª REGIÃO – 2015/2020



Introdução

O quadro de Pessoal deste Egrégio Tribunal conta com 558 cargos efetivos, sendo 203 de Analista Judiciário, 353 de Técnico Judiciário e 2 de Auxiliar Judiciário.

Foi realizado estudo para adequar a lotação ideal nos termos da Resolução CSJT nº 63/2010, cujas conclusões apontaram a necessidade da criação de 120 cargos (PRADM 5621/2016).

A tabela abaixo demonstra a força de trabalho neste Regional em 31.12.2017, representada por unidades das áreas meio e fim, distribuídas nos termos da citada Resolução.

Distribuição da Força de Trabalho nas Unidades Administrativas do TRT da 24ª Região

Unidades de lotação	Qtd.	Perc. %
Servidores lotados em Varas do Trabalho	263	42,83
Servidores lotados em Fóruns	51	8,31
Servidores lotados em Gabinetes de Desembargadores	80	13,03
Servidores lotados em Unidades de Apoio Judiciário - 2º grau	71	11,56
Servidores lotados em Unidades de Apoio Administrativo	149	24,27
Total	614	100%

Fonte: Sistema SGRH

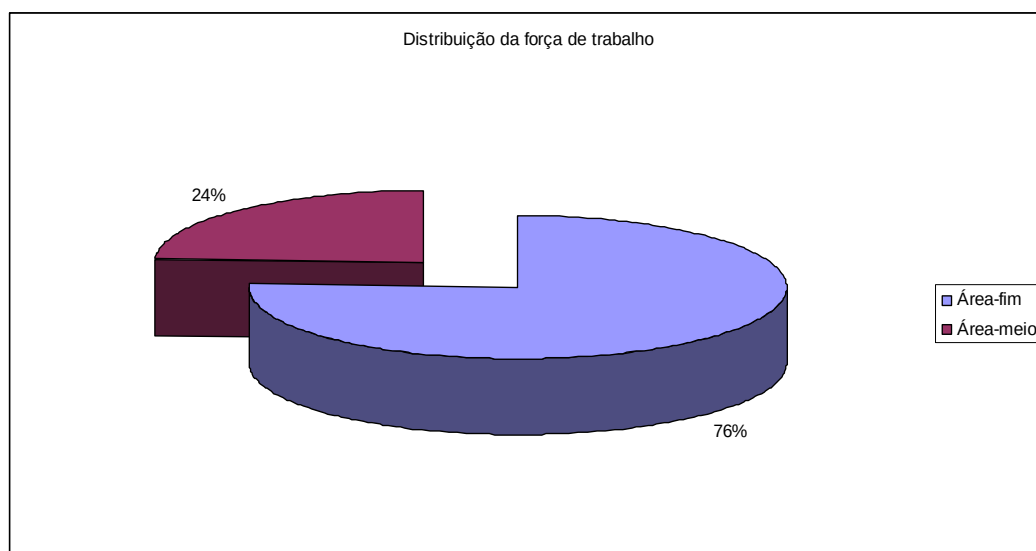
A discriminação dos servidores em cada variável foi feita observando-se o disposto na Resolução CSJT nº 63/2010, considerando-se como Unidades de Apoio Administrativo: Secretaria-Geral da Presidência, Diretoria-Geral, Cerimonial, Ouvidoria, Escola Judicial, Comunicação Social, Gestão Estratégica, Controle Interno, Tecnologia da Informação, Gestão de Pessoas, Saúde, Secretaria Administrativa, Licitação e Contratos, Material e Patrimônio, Manutenção e Projetos, Segurança e Transporte, Orçamento e Finanças, dentre outras, integradas por unidades que prestam apoio indireto às atividades judicantes do Tribunal.

Como Unidades de Apoio Judiciário de 2º Grau foram consideradas: Secretaria do Tribunal Pleno, Secretaria Judiciária, Cadastramento Processual, Jurisprudência, Documentação, Gestão Documental, Biblioteca, Precatórios, dentre outras que estejam relacionadas ao apoio direto à atividade judicante.

São Unidades relacionadas à área-fim em primeiro grau de jurisdição: Varas do Trabalho, Unidades de Apoio Avançado e Fóruns. Em segundo grau de jurisdição: Gabinetes de Desembargadores e Unidades de Apoio Judiciário.

Tem-se, assim, a seguinte distribuição da força de trabalho, considerando as áreas técnicas responsáveis:

Área-fim		Área-meio	
Qtd	Percentual	Qtd	Percentual
645	75,73	149	24,27



Saliente-se que, para a adequação da distribuição da força de trabalho baseada na Resolução CSJT nº 63/2010, foram realizados estudos detalhados no PRADM nº 2875/2016, observando-se a Resolução CNJ nº 219/2016, os quais revelaram cenário desfavorável à implementação, nos moldes da citada norma do Conselho Nacional de Justiça, no que tange às unidades judiciárias, tendo em vista que seria necessária a remoção de 43% da força de trabalho das unidades de 2º grau para as de 1º grau.

O Tribunal ainda não realizou, de forma sistemática em toda a instituição, seu mapeamento de processos de trabalho. Relacionado a isso, desenvolveu um projeto estratégico, no Plano Estratégico passado, no qual o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica promoveu o estudo e a análise, juntamente com os envolvidos nos processos, dos métodos e processos de trabalho das áreas judiciária (Processo Ação Trabalhista - 1º Grau, da distribuição à execução) e administrativa (Processo de aquisição e fornecimento de materiais e serviços). Esses dois macroprocessos de trabalho foram analisados, redesenhados e desburocratizados, com a simplificação de procedimentos e eliminação ou redução de rotinas de retrabalho e gargalos, na medida do possível.

Tal trabalho, porém, necessita ser revisado, atualizado e ampliado para outras unidades. Com esse propósito, foi inserido o projeto estratégico “Remodelagem de processos de trabalho” no Plano Estratégico 2015-2020. Esse projeto consta do portfólio de projetos estratégicos, constantes do PRADM nº 5058/2017, a ser desenvolvido.

No que tange aos macroprocessos finalísticos existentes no órgão, tem-se o que segue:

O macroprocesso **“Ação Trabalhista – 1º e 2º Graus”** visa à solução das demandas trabalhistas, por meio da entrega da prestação jurisdicional. O conjunto de ações do Tribunal objetiva, direta ou indiretamente, à melhoria na prestação desse serviço à sociedade, dotando-o de maior eficiência, agilidade e celeridade dos processos, conforme o devido processo legal.

De forma sintetizada, o Tribunal conduziu o processo em conformidade com o rito formal e promoveu ações de melhoria nos pontos da sentença e da execução.

No que concerne à sentença, este Regional fixou os Juízes do Trabalho Substitutos nas Varas do Trabalho, reformulando sua regulamentação para vigorar a partir de janeiro de 2017 e melhorou a estrutura de apoio aos Juízes, implementando o Grupo de Assistentes Técnicos – GAT, em dezembro de 2016, por meio da Portaria TRT/GP/DGCA nº 183/2016, dentre outras medidas à frente descritas, objetivando melhorar o percentual de processos julgados em relação aos que entram. Após a sentença, são feitos os cálculos para a liquidação. Nos casos de não pagamento das verbas, prossegue-se à execução, a qual tem sido um gargalo ao longo dos anos. Para alavancar a execução, a fim de localizar bens do devedor e tornar essa fase processual solvente, o Tribunal tem

envidado esforços para utilizar-se de convênios, tais como: BACEN-Jud, INFOJUD, RENAJD, SIMBA, com os Cartórios, com DENATRAN e DETRAN, JUCEMS, IEPTB-MS, Secretaria da Receita Federal, dentre outros. Também unificou processos na fase executória e designou Juiz para a coordenação e centralização da unificação, conforme ATO GP nº 358/2017.

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

Neste tópico, será apresentado um breve histórico da elaboração do Plano Estratégico foi feito, a estratégia adotada por meio dos objetivos estratégicos, os projetos priorizados para alcançar esses objetivos e os resultados do Tribunal, com base nos indicadores de desempenho.

O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região desenvolveu seu Planejamento Estratégico 2015-2020 em fevereiro e março de 2015, de maneira totalmente participativa, no qual atuaram cerca de cinquenta pessoas, representantes das diversas áreas e categorias, atuantes no processo da prestação jurisdicional, conforme abaixo descrito:

- 7 Desembargadores do Tribunal (participaram conforme sua disponibilidade)
- 1 Juiz Auxiliar da Presidência
- 1 Juiz representante dos Titulares de Vara do Trabalho da capital
- 1 Juiz representante dos Titulares de Vara do Trabalho do interior
- 1 Juiz representante dos Juízes Substitutos
- 1 Juiz representante dos Juízes Volantes
- 1 Juiz integrante do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição no âmbito deste Regional
- 2 Juízes: Presidente e Vice-Presidente da AMATRA (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho)
 - 1 Procurador representante do MPT (Ministério Público do Trabalho)
 - 1 Advogada representante da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil – MS)
 - 1 Servidor representante do SINDJUFE/MS (Sindicado dos Servidores do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União em Mato Grosso do Sul)
- 1 Servidor representante da ASTRT (Associação dos Servidores do TRT 24ª Região)
 - 1 Servidor integrante do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição no âmbito deste Regional
- 11 representantes das 26 Varas do Trabalho, divididas em 9 polos
- 2 Assessores de Gabinete
- 7 Diretores da área judiciária - Tribunal
- 9 Diretores da área administrativa
- 3 Chefes de Núcleo (judiciário e administrativo)

Em consenso, foi decidido por uma nova redação da **missão** do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, a qual passou a ser: “**Realizar justiça na solução de conflitos trabalhistas, de forma rápida e efetiva**”.

No intuito de melhor cumprir sua missão institucional, o Tribunal elegeu os **objetivos estratégicos** abaixo elencados, para o período 2015-2020:

- **Efetividade;**
- **Estímulo à Conciliação;**
- **Relacionamento e integração;**
- **Governança;**
- **Agilização;**
- **Estruturação e**
- **Valorização das pessoas.**

Dentre os principais problemas enfrentados para o alcance desses objetivos estratégicos, esteve a restrição de recursos humanos e orçamentários.

Não houve distinção de objetivos específicos para o exercício.

Segue a descrição sintética de todos os objetivos estratégicos:

- **Efetividade:** Entregar a prestação jurisdicional com excelência na qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados, percebida em pesquisa.

- **Estímulo à Conciliação:** Utilizar soluções alternativas de resolução de conflitos, visando acelerar o trâmite processual.

- **Relacionamento e integração:** Atuar de forma integrada com os demais intervenientes do sistema de justiça, com foco na qualidade do atendimento.

- **Governança:** Otimizar o planejamento e a gestão estratégica, os processos de trabalho e os projetos, visando acelerar os resultados.

- **Agilização:** Simplificar e racionalizar os processos de trabalho em todas as áreas.

- **Estruturação:** Modernizar os recursos materiais, tecnológicos, de informação e otimizar a distribuição da força de trabalho.

- **Valorização das pessoas:** Estimular a meritocracia, o reconhecimento e a qualidade de vida.

Conforme estabelecido no Plano Estratégico, existem metas para os indicadores de todos os objetivos estratégicos.

Segue uma apresentação sintetizada dos projetos e/ou ações desenvolvidas ao longo do ano, voltados ao cumprimento de cada um dos objetivos estratégicos:

O objetivo estratégico **EFETIVIDADE** será alcançado por meio da soma dos resultados dos demais objetivos estratégicos, haja vista referir-se, em essência, à melhoria da qualidade da entrega da prestação jurisdicional à sociedade.

Dentro do objetivo estratégico **ESTÍMULO À CONCILIAÇÃO**, o Tribunal, por meio da Resolução Administrativa nº 21/2017, criou o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – NUPEMEC-JT e o Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – CEJUSC-JT, sob a regência da Resolução nº 174/2016 do CSJT.

Para impulsionar o objetivo estratégico **RELACIONAMENTO E INTEGRAÇÃO**, o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região está desenvolvendo dois projetos:

O projeto de Comunicação Social Institucional Interno e Externo, que prosseguiu com licitação para contratação de empresa para veiculação de campanha em *outdoor* e *busdoor* sobre a reforma trabalhista; e

O projeto do Memorial da Justiça do Trabalho da 24ª Região, para o qual foram feitas duas licitações, uma visando à contratação de empresa para execução do mobiliário e outra para a aquisição e a instalação de equipamentos de informática.

No intuito de alavancar o objetivo estratégico **AGILIZAÇÃO**, foram realizadas as seguintes ações:

- Fixação dos Juízes do Trabalho Substitutos nas Varas do Trabalho;
- Criação do Grupo de Assistentes Técnicos (GAT);
- Aumento do número de sessões de julgamento no 2º grau de jurisdição;
- Designação de Juiz para coordenar e centralizar a unificação de processos na fase executória;
- Instituição do cadastro eletrônico de peritos;
- Instituição do Grupo de Apoio Judiciário;
- Unificação e regularização do Cadastro de Pessoas Jurídicas de Direito Público do Sistema PJe instalado na Justiça do Trabalho da 24ª Região;
- Implantação do Cadastramento da Liquidação e Execução – CLE na 24ª Região.

O Tribunal fixou, a partir de julho de 2016, os Juízes do Trabalho Substitutos nas Varas do Trabalho, conforme as Portarias TRT/GP nº 3/2016 e TRT/GP nº 5/2016. Realizados os ajustes da fase inicial, em 19 de dezembro de 2016, por meio da Portaria TRT/JAP nº 1/2016 do Juiz Auxiliar da Presidência, os Juízes do Trabalho Substitutos foram lotados em circunscrições abarcando todas as Varas do Trabalho, tendo, inclusive, designado em qual Vara cada um atuar, com vigência a partir de 7 de janeiro de 2017. Essa ação refletiu efetivamente na melhoria dos resultados das Varas do Trabalho, conforme abaixo demonstrado:

. 2016: das 26 Varas do Trabalho, 6 julgaram mais de 100% dos processos recebidos.

. 2017: das 26 Varas do Trabalho, 19 julgaram mais de 100% dos processos recebidos.

Quanto ao número de processos solucionados no 1º Grau em cada ano, tem-se:

. 2016: 32.392 processos.

. 2017: 36.172 processos.

Contribuiu para esses resultados a criação do já mencionado Grupo de Assistentes Técnicos – GAT, integrado à Secretaria Judiciária. Ao GAT foram destinadas, inicialmente, 9 funções comissionadas de Assistente Técnico, símbolo FC-3, para atender ao segundo Juiz Substituto fixado nas Varas do Trabalho que possuam no quadro 2 Assistentes de Juiz, símbolo FC-5; e ao primeiro Juiz Auxiliar fixo nas Varas do Trabalho que possuam no quadro 1 Assistente de Juiz. Segundo informações da Secretaria Judiciária, em 2017 foram elaboradas, pelos Assistentes Técnicos que compõem o GAT, 1.726 minutas de sentença e decisões.

O Tribunal também aumentou o número de sessões de julgamento no 2º grau de jurisdição, dessa forma: em 2016 foram realizadas 151 sessões e pautados 11.995 processos; em 2017 foram realizadas 191 sessões e pautados 13.194 processos.

Visando a agilizar os processos na fase de execução, o Tribunal designou o Juiz do Trabalho Substituto Márcio Alexandre da Silva para coordenar a centralização e unificação das ações na fase executória em face da empresa UNIESP S.A. (e suas representadas), em trâmite em várias Varas do Trabalho do Estado, conforme ATO GP nº 358/2017. Como resultado dessa ação, do total de 52 processos foram solucionados, de forma conciliatória, no mesmo dia, 48 processos, representando o pagamento total de aproximadamente R\$ 2.100.000,00. Dos 4 restantes, 3 foram conciliados posteriormente.

Foi instituído, também, o Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos no âmbito do Tribunal (CPTEC-TRT24), destinado ao gerenciamento e à escolha de interessados em prestar serviços de perícia ou de exame técnico nos processos judiciais, por meio da Portaria TRT/GP/SJ nº 007/2017, referendada pela Resolução Administrativa nº 44/2017.

A Portaria TRT/GP/SCJ nº 004/2016 instituiu o Grupo de Apoio Judiciário, em caráter permanente, em substituição ao Grupo de Apoio às Varas do Trabalho, na estrutura da Coordenadoria de Apoio à Primeira Instância e Solução de Conflitos – CAPISC, com as atribuições de auxiliar as atividades das Secretarias das Varas do Trabalho e Postos Avançados para cumprimento das Metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, para assegurar a tramitação normal dos processos. No ano de 2016, o Grupo de Apoio Judiciário atendeu a 17.255 processos das Varas do Trabalho da capital e do interior. No ano de 2017, foram verificados e impulsionados 37.312 processos.

O projeto estratégico de “Implantação de Cadastramento da Liquidação e Execução – CLE na 24ª Região”, com a digitalização dos processos físicos do 1º grau, continuou no ano de 2017 em mais duas Varas do Trabalho. A Vara do Trabalho de Mundo Novo concluiu a digitalização em julho de 2017, ao passo que a de Amambai obteve autorização para iniciar os trabalhos em 14 de dezembro de 2017.

O projeto de Unificação e Regularização do Cadastro de Pessoas Jurídicas de Direito Público do Sistema PJe instalado na Justiça do Trabalho da 24ª Região foi iniciado em junho de 2017 com a configuração para unificação e regularização do cadastro das pessoas jurídicas de direito público da administração direta e indireta federal e estadual cadastradas no formato anterior (autoridade), bem como a regularização dos cadastros dos processos com Pessoa Jurídica de Direito Público - PJPd realizados no formato anterior (autoridade).

O Tribunal manteve os convênios e acordos de cooperação técnica assinados anteriormente, os quais contribuem para agilizar os processos, dentre eles:

- Acordo de Cooperação Técnica com o Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN/MS;
- Convênio de Prestação Contínua firmado com a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul – JUCEMS - acesso ao Cadastro Estadual de Empresas Mercantis – CEEM;
- Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Associação dos Notários e Registradores de Mato Grosso do Sul – ANOREG/MS;
- Adesão do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região ao acordo firmado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Banco Central do Brasil - instrumento de comunicação

eletrônica entre o Poder Judiciário e instituições financeiras bancárias, com intermediação, gestão técnica e serviço de suporte a cargo do Banco Central;

- INFOSEG - Permissão ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região de acesso à REDE INFOSEG, concedida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, ao banco de dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil para obtenção do CPF/CNPJ das partes e informações de pessoas físicas e jurídicas, bem como de seus representantes;

- SIMBA – SISTEMA DE MOVIMENTAÇÕES BANCÁRIAS - recebimento e processamento de informações advindas do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias - SIMBA, referentes à análise de quebras de sigilo bancário com a utilização de relatórios parametrizados, agilizando os procedimentos investigatórios.

Cumprindo o objetivo estratégico de **ESTRUTURAÇÃO**, foram concebidos e inseridos no portfólio de projetos estratégicos deste Tribunal, no ano de 2017, os seguintes projetos:

- Reordenamento da fiscalização de contratos
- Inventário Patrimonial (Gestão de Patrimônio)
- Planejamento de aquisições e contratações
- Construção do prédio próprio para a Vara do Trabalho de Jardim
- Construção da nova sede do Fórum Trabalhista de Três Lagoas
- Regularização dos Imóveis (corpo de bombeiros)
- Plano Plurianual de Obras
- Plano de manutenção predial
- Efetivação do Escritório de Projetos
- Planejamento Orçamentário (Normatização)

Alguns desses projetos já tiveram seu desenvolvimento iniciado, outros ainda o serão em 2018.

O projeto de Efetivação do Escritório de Projetos foi de grande importância para sedimentar a cultura de gerenciamento nas unidades, haja vista que buscou simplificar os procedimentos, facilitando a atuação dos gerentes e minimizando os riscos inerentes. Foram elaborados *templates* referentes ao gerenciamento das etapas iniciais dos referidos projetos, os quais foram repassados, por meio de reuniões, aos gerentes, possibilitando o acompanhamento e monitoramento dos projetos estratégicos elencados no portfólio do Tribunal.

A construção do prédio próprio para a Vara do Trabalho de Jardim e da nova sede do Fórum Trabalhista de Três Lagoas foram mais dois projetos em andamento no ano de 2017. No que concerne à construção da Vara do Trabalho de Jardim, houve a contratação dos projetos executivos, com a respectiva aprovação na prefeitura e no CSJT, encerrando o ano na fase de licitação para execução da obra. Em relação ao Fórum Trabalhista de Três Lagoas, prosseguiu-se com a tramitação para regularização do terreno na SPU e na prefeitura e, ato contínuo, os documentos da obra foram encaminhados à Prefeitura local, os quais encontram-se em análise para liberação.

Outro projeto iniciado neste ano foi o de regularização dos imóveis junto ao Corpo de Bombeiros, estando na fase de licitação para contratação de empresa para obtenção do certificado de vistoria perante a referida corporação.

O objetivo estratégico **VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS** foi alavancado da seguinte forma:

Foi dada continuidade ao projeto de implantação do Modelo de Gestão de Pessoas por Competências – GESCOMP alinhado às diretrizes do CSJT, CNJ e TCU (Acórdão nº 1883/2015).

Para tanto, foi realizado o acompanhamento do desenvolvimento dos Planos de Desenvolvimento Individuais (PDI) dos servidores, avaliados na etapa anterior, ocupantes das funções gerenciais das Varas do Trabalho da capital e do interior do Estado. Foram ainda elaborados os PDIs e PDGs (Planos de Desenvolvimento Gerencial), para desenvolvimento das competências comportamentais com maiores *gaps* (lacunas), relativos às Varas do Trabalho no interior.

Atividades desenvolvidas: - Sensibilização dos ocupantes das funções gerenciais lotados no Interior do Estado para a avaliação por competências (palestra com o consultor Rogério Leme); - Realização do segundo ciclo de avaliação por competências no sistema PROGECOM; - Elaboração dos Planos de Desenvolvimento Individuais (PDI's) dos servidores avaliados, por meio de oficinas de *coaching* e *counseling* com a consultora Marcia Vespa; - Treinamento inicial dos gestores avaliados, abordando os maiores *gaps* comportamentais identificados na avaliação por competências, com a consultora Marcia Vespa; - Elaboração do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) para o biênio 2018/2019; - Elaboração do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento para 2018, envolvendo os gestores de todas as áreas, e encaminhamento à Escola Judicial para ações de capacitação.





Outras ações relacionadas à Gestão por Competências/Governança de Pessoas: - Mapeamento por Competências da Função de Assistente de Juiz; - Processo seletivo interno para Assistente de Juiz, por meio de prova de sentença, com a participação de magistrado, e formação de banco de talentos para a função de Assistente de Juiz - Ações para cumprimento do plano de ação enviado ao TCU, em atenção ao disposto no Acórdão nº 1883/2015.





Quanto ao projeto Banco de Talentos, foi feito processo seletivo interno e criado um banco de talentos para a função de Assistente de Juiz.

No que concerne ao **Plano de Qualidade de Vida**, houve contratação de empresa para realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, para as unidades do interior do Estado. Em 2018 será feito o trabalho de levantamento de riscos, laudo de insalubridade e análise ergonômica dos postos de trabalho, com orientações preventivas e corretivas.

Foram realizadas visitas aos Gabinetes dos Desembargadores, para entrega do documento individual de Análise Ergonômica realizada em 2016 e orientações sobre cuidados com a saúde e o ajuste ergonômico, além da contratação do PPRA e AET para as Unidades do Interior do Estado, com a instalação de mapas de riscos, análise de insalubridade e periculosidade, ajustes dos postos de trabalho e registros dos riscos ambientais e ergonômicos.

Também foram realizados dois módulos do programa de preparação para aposentadoria (PPA), com o objetivo de preparar magistrados e servidores que planejam requerer sua aposentadoria no período de até 4 anos, ou que possam vir a se aposentar em virtude de enfermidade decorrente de licença há pelo menos 1 ano, em conformidade com a Resolução CSJT nº 132/2013. Em 2017, foram realizados o 5º módulo de forma virtual e o 6º módulo presencial, com a participação do Dr. Paulo André Machado Borges (psiquiatra) e Dra. Maria Regina Cunha Gonzáles (geriatra), cujos eventos foram abordados os seguintes temas: aspectos emocionais advindos da aposentadoria, questões relacionadas ao estilo de vida (família, integração social, lazer, saúde e nutrição), aspectos financeiros e longevidade.

Outros projetos realizados com êxito:

- **Projeto-piloto mouse ortopédico:** - Acompanhamento do público-alvo participante do projeto-piloto e avaliação dos resultados, sendo constatada melhora significativa em 77,8% dos participantes; Aquisição de mais 100 unidades do mouse ortopédico, para distribuição em 2018.



- Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional (Gabinete de Saúde):

Realização do Exame Periódico em magistrados e servidores, com taxa média de adesão de 75% de todo público-alvo. Controle e análise de indicadores de saúde ocupacional, em conformidade com a Resolução CSJT nº 141/14 e Resolução CNJ nº 207/15.

- Programa Viva Melhor (Gabinete de Saúde):

Realizado em parceria com a Unimed Campo Grande; Realização de encontros mensais, no Gabinete de Saúde, para consulta e acompanhamento pela equipe multidisciplinar da Unimed (enfermagem, nutrição, psicologia, terapia ocupacional, educador físico, etc.) de pacientes que possuem patologias crônicas.

- Roda de Conversa sobre o câncer da mama (Gabinete de Saúde):-

Realizado em parceria com a Unimed Campo Grande; Realização de um encontro no espaço do refeitório, para compartilhar informações sobre o câncer de mama e promover a conscientização sobre a importância da detecção precoce da doença.

- Outras ações relacionadas à saúde ocupacional:

Ginástica Laboral nas Unidades de Campo Grande, Dourados e Três Lagoas; Vacinação contra gripe em todas as Unidades do TRT24; Informação continuada (*blog* NGP), com dicas de saúde, ergonomia e qualidade de vida e informativos da Unimed disponibilizados aos magistrados e servidores, como o curso para gestantes e atividades físicas disponibilizadas em parques.

- Programa Trabalho Seguro (Comissão do Trabalho Seguro):

Disponibilização do curso, em parceria com a Escola Judicial, com a seguinte temática: “A inserção de tecnologias e seu impacto para a saúde mental no trabalho”.

- Programa de Preparação para a Aposentadoria – PPA

Objetivo: preparar magistrados e servidores que planejam requerer sua aposentadoria, no período de até 4 anos, ou que possam vir a se aposentar em virtude de enfermidade decorrente de licença há pelo menos 1 ano, em conformidade com a Resolução CSJT nº 132/2013. Em 2017, foram realizados o 5º módulo de forma virtual e o 6º módulo presencial, com a participação do Dr. Paulo André Machado Borges (psiquiatra) e Dra. Maria Regina Cunha Gonzáles (geriatra), cujos eventos foram abordados os seguintes temas: aspectos emocionais advindos da aposentadoria, questões relacionadas ao estilo de vida (família, integração social, lazer, saúde e nutrição), aspectos financeiros e longevidade.

- Programa Valorização de Servidores

Foram entregues certificados aos servidores aposentados no decorrer do ano. No evento do 6º módulo do PPA, foram realizadas homenagens de reconhecimento aos aposentados, aos atletas participantes das Olimpíadas da Justiça do Trabalho e valorizado o talento artístico, com apresentação musical de servidor do TRT24, com entrega de certificado.

- Programa de Acolhimento dos Servidores – PAS

Foi realizado o acolhimento de servidores que ingressaram no TRT24, com o objetivo de fornecer as orientações iniciais acerca do ingresso e as informações das atividades do Tribunal, necessárias à ambientação. Atividades desenvolvidas: orientações para início dos trabalhos, apresentação geral dos setores do Tribunal, dos projetos do Núcleo, repasse da Missão, Visão e Valores do Tribunal, abordagem do propósito do trabalho e o papel do servidor para o Tribunal como um todo, cuidados relacionados à saúde diante da realidade do Processo Eletrônico, formas de comunicação do Tribunal (*email* institucional), entrega de kit contendo: *mousepad*, *fisiobol*, cartilha de acolhimento, *folder* de dicas posturais, e cartilha sobre gestão por competências (noções básicas e apresentação do projeto).



Outras ações gerais relacionadas à Gestão de Pessoas: Teste de Aptidão Física para os Agentes de Segurança; Gerenciamento da participação da delegação de atletas do TRT-24ª Região na Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho.

No âmbito deste Regional, destaque também para o projeto iniciado com êxito em 2017, referente ao Plano de Logística Sustentável, com aquisição de lixeiras para separação adequada de lixo destinado à reciclagem.

Houve continuidade do projeto do Teletrabalho, mediante reuniões entre a Coordenadoria de Gestão de Pessoas e Coordenadoria da Tecnologia de Informação e Comunicações, para implementação de rotina de acompanhamento dos servidores em teletrabalho por meio da *intranet*, visando a efetivar um meio de controle e monitoramento por parte da Administração.

No objetivo estratégico **GOVERNANÇA**, além das estruturas existentes, constantes do item “Descrição das Estruturas de Governança”, foram concebidos vários projetos que refletirão em melhor apoio à Governança do Tribunal, conforme consta do portfólio de projetos estratégicos, descritos abaixo:

- Reordenamento da fiscalização de contratos
- Inventário Patrimonial (Gestão de Patrimônio)
- Planejamento de aquisições e contratações
- Relatório de Gestão (mapeamento e padronização)
- Acompanhamento das Recomendações de Auditoria
- Plano Plurianual de Obras
- Remodelagem de processos de trabalho
- Gestão de riscos
- Reunião de Análise da Estratégia (Calendário Anual - Regulamentação)
- Desdobramento da Estratégia
- Planejamento Orçamentário (Normatização)
- Agenda institucional

Com os trabalhos iniciados em agosto de 2017, o projeto de Reordenamento da Fiscalização de Contratos efetivou sua primeira etapa com questionário aos setores responsáveis pela fiscalização de contratações para subsidiar estudos sobre as alterações necessárias. Na segunda etapa, houve elaboração do manual que será submetido à apreciação do Tribunal.

Foi instituído o Comitê Gestor de Riscos e Controles Internos do Tribunal do Trabalho Regional do Trabalho da 24ª Região, por meio da PORTARIA TRT/GP/DGCA Nº 23/2017, de 10.02.2017.

Descrição sintética dos objetivos do exercício

Quadro 3 - Síntese do Plano Estratégico TRT 24^a e seus resultados

Objetivo estratégico	Indicador	Meta	Resultados de 2017
ESTÍMULO A CONCILIAÇÃO	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO - FASE DE CONHECIMENTO	Plano TRT 24: Obter, no ano de 2017, índice de 50% de Conciliação na Fase de Conhecimento. Meta do Plano JT: 51,97%.	Resultado: 47,24% Metas não atingidas.
RELACIONAMENTO E INTEGRAÇÃO	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO COM A QUALIDADE DO ATENDIMENTO	Plano TRT 24: Obter, no ano de 2017, índice de 87% de satisfação dos clientes externos.	Resultado: 83,17% Meta não atingida.
GOVERNANÇA	iGov (Índice de Governança da Organização). Denominado Índice Geral de Governança simplificado (IGGs)	Plano TRT 24: Aumentar 3% em relação à última apuração.	IGGs= 33% (primeira apuração).
	iGovTI (Índice de Governança de TI da Organização). Esse indicador, anteriormente calculado pelo TCU, está sendo substituído pelo i-Gov TIC Jud, calculado pelo CNJ.	Plano TRT 24: Atingir o índice de 57%.	Resultado do i-Gov TIC Jud: 76%. Meta atingida.
	iGovPessoas (Índice de Governança de Pessoas da Organização)	Plano TRT 24: Atingir o índice de 35%.	Último resultado apurado: 32,18% Meta não atingida.
	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CUSTEIO E DE CAPITAL DISPONIBILIZADO	Plano TRT 24: Atingir 99,80% de execução orçamentária	Resultado: 97,3% Meta não atingida
	ÍNDICE DE EXECUÇÃO, DENTRO DO PRÓPRIO EXERCÍCIO, DO ORÇAMENTO DE CUSTEIO E DE CAPITAL DISPONIBILIZADO	Plano TRT 24: Atingir 90% de execução orçamentária dentro do exercício Meta pelo Plano JT= 68,92%	Resultado: 81,5% Meta não atingida no Plano TRT 24. Meta atingida – Plano CSJT

Objetivo estratégico	Indicador	Meta	Resultado 2017
EFETIVIDADE	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO COM A QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS E A VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS	Plano TRT 24: Obter, no ano de 2017, índice de 90% de satisfação dos clientes externos.	Resultado: 82,69% Meta não atingida.
AGILIZAÇÃO	TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO - 1º GRAU - FASE CONHECIMENTO	Plano TRT 24: Manter o prazo médio de 226 dias. Meta do Plano JT: 267 dias	Resultado: 313 dias. Meta não atingida.
	TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO - 1º GRAU - FASE EXECUÇÃO	Plano TRT 24: Manter o prazo médio de 446 dias.	Apuração do Resultado prejudicada devido a inconsistências no Sistema E-gestão, quanto a esse dado.
	TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA FASE DE EXECUÇÃO	Plano TRT 24: Atingir, no ano de 2017, o percentual de 63% de taxa de congestionamento.	Resultado: 76,38% Meta não atingida.
	ÍNDICE DE EXECUÇÃO	Plano TRT24: Baixar, em 2017, pelo menos 97% das execuções iniciadas no período. Plano JT: 90%	Resultado: 76,79% Meta não atingida.
	TEMPO MÉDIO DA DURAÇÃO DO PROCESSO - 2º GRAU	Plano TRT 24: Manter o prazo médio de 115 dias. Meta do Plano JT: 173 dias	Resultado: 201 dias. Meta não atingida.
	ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS - 1º GRAU	Plano TRT24: Julgar, em 2017, pelo menos 95% dos processos distribuídos no período. Plano JT: 90%	Resultado: 107,61% Meta atingida.

Objetivo estratégico	Indicador	Meta	Resultado 2017
AGILIZAÇÃO	ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS - 2º GRAU	Plano TRT24: Julgar, em 2017, pelo menos 95% dos processos distribuídos no período. Plano JT: 90%	Resultado: 105,70% Meta atingida.
	ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS - TRT 24ª REGIÃO	Julgar, em 2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos no período.	Resultado: 107,40% Meta atingida.
	TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - MODALIDADE DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	Plano TRT 24: Atingir, no ano de 2017, o tempo médio de tramitação de 33 dias.	Resultado: 47 dias. Meta não atingida.
	TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - MODALIDADE PREGÃO	Plano TRT 24: Atingir, no ano de 2017, o tempo médio de tramitação de 76 dias.	Resultado: 75 dias. Meta atingida.
	DIGITALIZAÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS - 1º GRAU	Plano TRT 24: Digitalizar 20% dos processos físicos que se encontrem nas fases de liquidação e execução.	Projeto iniciado com a digitalização de duas Varas do Trabalho. Indicador ainda não calculado.
ESTRUTURAÇÃO	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO COM AS INSTALAÇÕES	Obter, no ano de 2017, índice de 84% de satisfação dos clientes externos, com as instalações.	Resultado: 93% Meta superada.
	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE INTERNO COM AS INSTALAÇÕES	Obter, no ano de 2017, índice de 75% de satisfação dos clientes internos com as instalações.	Resultado: 88 % Meta superada.
VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS	ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	Obter, no ano de 2017, nos clientes internos, índice de 55% de satisfação com a qualidade de vida.	Resultado: 87% Meta superada.

Objetivo estratégico	Indicador	Meta	Resultado 2017
INDICADORES CSJT/CNJ	ÍNDICE DE AÇÕES COLETIVAS JULGADAS 1º GRAU	Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau.	Resultado: 95,91%. Meta Não atingida.
	ÍNDICE DE AÇÕES COLETIVAS JULGADAS 2º GRAU	Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 2º grau.	Resultado: 100,00% Meta atingida.
	ÍNDICE DE PROCESSOS ANTIGOS	Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, no 1º e 2º graus. Corresponde à META 2 do CNJ.	Resultado: 91,70%. Meta superada.
	ÍNDICE DE REDUÇÃO DO ACERVO DOS MAIORES LITIGANTES	Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação a 2016. (Ou seja, julgar 100% da quantidade que entrou em 2017, mais 2% do acervo de 2016.)	Resultado: 131,49%. Meta cumprida.

Plano JT ou PE JT: refere-se ao Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, o qual contém metas específicas para cada Tribunal Regional do Trabalho.

Observação: Os indicadores relativos à Carga de trabalho e Produtividade de Magistrados e Servidores, constantes do Plano Estratégico do TRT 24, são apurados por meio do Sistema Módulo de Produtividade Mensal. Os resultados são liberados através do Relatório Justiça em Números, divulgado no 2º semestre.

Abaixo, um quadro com os projetos estratégicos que compõem o atual portfólio, associados os seus respectivos objetivos estratégicos e as áreas responsáveis:

ÁREA	PROJETO	VINCULAÇÃO ESTRATÉGICA
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Teletrabalho	Agilização Efetividade Valorização das pessoas
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Desenvolvimento do Plano de Qualidade de Vida	Valorização das pessoas
Secretaria Administrativa	Reordenamento da fiscalização de contratos	Governança Estruturação
Secretaria Administrativa	Inventário Patrimonial (Gestão de Patrimônio)	Governança Estruturação
Secretaria Administrativa	Planejamento de aquisições e contratações	Governança Estruturação Agilização
Setor de Gestão Sócio-Ambiental	Plano de Logística Sustentável	Valorização das pessoas
Diretoria-Geral	Relatório de Gestão (mapeamento e padronização)	Governança
Diretoria-Geral	Acompanhamento das Recomendações de Auditoria	Governança Efetividade
Engenharia – NMP	Construção do prédio próprio para a Vara do Trabalho de Jardim	Estruturação Valorização das pessoas
Engenharia – NMP	Construção da nova sede do Fórum Trabalhista de Três	Estruturação Valorização das pessoas

	Lagoas	
Engenharia – NMP	Regularização dos Imóveis (corpo de bombeiros)	Estruturação
Engenharia – NMP	Plano Plurianual de Obras	Governança Agilização Estruturação
Engenharia – NMP	Plano de manutenção predial	Estruturação Valorização das pessoas
Núcleo de Gestão por Competência	Programa de Desenvolvimento Individual (PDI) e Gerencial (PDG)	Valorização das pessoas
Núcleo de Gestão por Competência	Seleção Interna	Valorização das pessoas
Núcleo de Gestão por Competência	Banco de Talentos	Valorização das pessoas
Núcleo de Gestão por Competência	Avaliação do Desempenho com Metas Setoriais e Individuais	Valorização das pessoas
Núcleo de Gestão por Competência	Planejamento e Preparação das Sucessões	Valorização das pessoas
Núcleo de Gestão por Competência	Dimensionamento da Força de Trabalho	Valorização das pessoas
Núcleo de Gestão Estratégica	Escritório de Projetos (Efetivação)	Estruturação Valorização das pessoas
Núcleo de Gestão Estratégica	Remodelagem de processos de trabalho	Governança Agilização Valorização das pessoas
Núcleo de Gestão Estratégica	Gestão de riscos	Governança

Núcleo de Gestão Estratégica	Reunião de Análise da Estratégia (Calendário Anual - Regulamentação)	Governança
Núcleo de Gestão Estratégica	Refeição no TRT	Valorização das pessoas
Núcleo de Gestão Estratégica	Desdobramento da Estratégia	Governança Valorização das pessoas
Coord. de Documentação e de Gerenciamento de Precedentes	Memorial da Justiça do Trabalho da 24ª Região	Relacionamento e Integração
Coordenadoria de Orçamento e Finanças	Planejamento Orçamentário (Normatização)	Efetividade Governança Agilização Estruturação Valorização das pessoas
Assessoria da Presidência	Agenda institucional	Governança
Secretaria-Geral da Presidência	Comunicação Social Institucional Interno e Externo	Valorização das pessoas Relacionamento e Integração
Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ	Unificação e regularização do Cadastro de Pessoas Jurídicas de Direito Público do Sistema PJe instalado na Justiça do Trabalho da 24ª Região	Agilização Estruturação
Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ	Implantação do Cadastramento da Liquidação e Execução – CLE na 24ª Região	Agilização Estruturação

Em cumprimento à determinação exarada pelo Desembargador Presidente no PRADM nº 2506/2017, bem como diante da necessidade de priorização dos projetos estratégicos e/ou institucionais do TRT da 24ª Região, o Escritório de Projetos do NEGE consolidou os projetos oriundos de diversas áreas do Tribunal.

Foram envidados esforços pelos Diretores e Coordenadores das diversas unidades, em conjunto com a Assessoria da Presidência, no sentido de, por meio de reuniões, priorizar os projetos de acordo com a direção a ser tomada pelo Tribunal, aliada à melhor alocação dos recursos disponíveis. Foram

utilizados requisitos técnicos com ponderações e pontuações da melhor métrica para a instituição, no que tange à relevância, autonomia e benefícios a serem considerados.

O portfólio de projetos representa a gestão de tempo e prioridades, visando à centralização do processo decisório, bem como agregar valor à instituição, uma vez que maximiza os melhores resultados e está intrinsecamente ligado à visão estratégica organizacional, consolidando-se de acordo com as metas e objetivos prementes deste Tribunal.

PRIORIZAÇÃO DE PROJETOS POR ÁREA				
ÁREA	PROJETO	ORDEM	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
			Início	Finalização
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	•Teletrabalho	1	10/11/2016	20/12/2017
	•Desenvolvimento do Plano de Qualidade de Vida	2	1º/10/2018	10/12/2018
Secretaria Administrativa	• Reordenamento da fiscalização de contratos	1	15/08/2017	15/04/2018
	•Inventário Patrimonial (Gestão de Patrimônio)	2	30/10/2017	30/06/2018
	•Planejamento de aquisições e contratações	3	1º/03/2018	31/08/2018
Setor de Gestão Sócio-Ambiental	•Plano de Logística Sustentável		16/10/2017	16/03/2018
Diretoria- Geral	• Relatório de Gestão (mapeamento e padronização)	1	1º/10/2017	31/03/2018
	•Acompanhamento das Recomendações de Auditoria	2	1º/10/2017	31/12/2018
Engenharia – NMP		1	12/2017	10/2018

• Construção do prédio próprio para a Vara do Trabalho de Jardim

	• Construção da nova sede do Fórum Trabalhista de Três Lagoas	2	12/2018	10/2020
	• Regularização dos Imóveis (corpo de bombeiros)	3	12/2017	10/2018
	• Plano Plurianual de Obras	4	01/2018	04/2018
	• Plano de manutenção predial	5	01/2018	04/2018

Núcleo de Gestão por Competência	• Programa de Desenvolvimento Individual (PDI) e Gerencial (PDG)	1	1º/09/2017	10/12/2018
	• Seleção Interna	2	1º/10/2017	10/12/2018
	• Banco de Talentos	3	1º/11/2017	10/12/2018
	• Avaliação do Desempenho com Metas Setoriais e Individuais	4	1º/03/2018	31/12/2019
	• Planejamento e Preparação das Sucessões	5	1º/11/2017	10/12/2018

	•Dimensionamento da Força de Trabalho	6	1º/05/2018	10/12/2018
Núcleo de Gestão Estratégica	• Escritório de Projetos (Efetivação)	1	09/08/2017	10/10/2017
	• Remodelagem de processos de trabalho	2	1º/06/2017	1º/12/2018
	• Gestão de riscos	3	10/2017	12/2018
	•Reunião de Análise da Estratégia (Calendário Anual - Regulamentação)	4	16/11/2017	19/12/2017
	• Refeição no TRT	5	03/2018	10/2018
	• Desdobramento da Estratégia	6	08/2018	12/2018
Coord. de Documentação e de Gerenciamento de Precedentes	•Memorial da Justiça do Trabalho da 24ª Região		04/06/2014	28/02/2018
Coordenadoria de Orçamento e Finanças	• Planejamento Orçamentário (Normatização)		02/10/2017	29/06/2018
Assessoria da Presidência	•Agenda institucional		02/10/2017	30/11/2017
Secretaria-Geral da Presidência	• Comunicação Social Institucional Interno e Externo		1º/08/2017	1º/7/2018
Coordenadoria de Projetos Judiciários – CPJ	• Unificação e regularização do	1	1º/06/2017	1º/04/2018

	Público do Sistema PJe instalado na Justiça do Trabalho da 24ª Região			
	• Implantação do Cadastramento da Liquidação e Execução – CLE na 24ª Região	2	02/09/2015	31/12/2018

Estágio de implementação do planejamento estratégico

O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região tem sua competência estabelecida no art. 114 da Constituição Federal, e tem como finalidade a solução de conflitos nas demandas trabalhistas, por meio da entrega da prestação jurisdicional.

Está no terceiro ano de implementação de seu Plano Estratégico, o qual foi elaborado no início de 2015 e aprovado pelo Tribunal Pleno em 30 de março do mesmo ano, por meio da Resolução Administrativa nº 22/2015.

Dessa forma, o Plano Estratégico é um conjunto de ações voltadas ao aperfeiçoamento da instituição e à efetividade da prestação jurisdicional, tendo como missão institucional: “Realizar justiça na solução de conflitos trabalhistas, de forma rápida e efetiva”.

Os objetivos estratégicos eleitos para o cumprimento dessa missão estão relacionados ao aprimoramento da gestão da organização (objetivos de Governança; Valorização das pessoas; Estruturação e Relacionamento e integração), visando dar melhor suporte à prestação jurisdicional (objetivos da área finalística: Efetividade, Estímulo à conciliação e Agilização). Dessa forma, pode-se verificar a vinculação dos planos da unidade com sua missão institucional. Maiores detalhes podem ser constatados no detalhamento dos objetivos e no rol dos projetos estratégicos e ações desenvolvidas.

O monitoramento da execução do Plano Estratégico e seus resultados são realizados por meio de planilhas do Excel, que são alimentadas mensalmente pelo Núcleo de Gestão Estratégica, gerando os gráficos com os resultados de cada indicador de desempenho e suas respectivas metas. Essas informações são levadas ao conhecimento da Presidência, durante os despachos, bem como nas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE).

Apresentação e análise dos indicadores de desempenho

Os fundamentos dos indicadores observam a relação custo x benefício x confiabilidade dos dados coletados e proporcionam uma visão sobre a situação em que se encontra a gestão do Tribunal.

Para apuração dos índices de satisfação do cliente interno e de qualidade de vida, foi aplicada Pesquisa de Satisfação a magistrados e servidores, cujo percentual de participação é o seguinte:

Magistrados: 7,81% (total de 64 magistrados, participação de 5).

Servidores: 15,92% (total de 540 servidores e participação de 86).

A amostragem da satisfação do cliente usuário é tratada em item próprio.

Segue quadro com a síntese dos indicadores de desempenho utilizados, suas metas, resultados e fórmula de cálculo.

Quadro 4 - Indicadores de desempenho do Plano Estratégico do TRT 24ª Região

Denominação	Histórico 2016	Índice previsto (meta 2017)	Índice observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice de conciliação - fase de conhecimento	39,94%	55% - Plano TRT 24 51,97% Plano CSJT	47,24%	Mensal	nº de Processos de conhecimento conciliados / nº de Processos de conhecimento solucionados – Processos extintos e arquivados
Tempo médio de duração do processo - 1º GRAU - fase conhecimento	278 dias	226 dias - Plano TRT24 267 dias - Plano CSJT	313 dias	Mensal	Resultado obtido através do e-GESTÃO
Tempo médio da duração do processo - 2º GRAU	176 dias	115 dias - Plano TRT 24 173 dias – Plano CSJT	201 dias	Mensal	Resultado obtido através do e-GESTÃO
Tempo médio de duração do processo - 1º GRAU - fase execução	-	446 dias	-	Mensal	Apuração do Resultado prejudicada devido a inconsistências no Sistema E-gestão, quanto a esse dado
Índice de execução	76,20%	97% - Plano TRT 24 90% Plano CSJT	76,79%	Mensal	nº de Execuções baixadas / nº de Execuções iniciadas
Taxa de congestionamento na fase de execução	76,2%	66%	76,38%	Anual	Processos de Execução baixados / Casos novos + Pendentes de Execução
Índice de processos julgados - 1º GRAU	92,78%	95% - Plano TRT 24 90% Plano CSJT	107,61%	Mensal	nº de processos de conhecimento julgados / nº de processos de conhecimento distribuídos
Índice de processos julgados - 2º GRAU	106,03%	95% - Plano TRT 24 90% Plano CSJT	105,70%	Mensal	nº de processos julgados no 2º Grau / nº de processos de distribuídos 2º Grau
Índice de processos julgados - TRT 24ª REGIÃO	95,6%	95% - Plano TRT 24 90% Plano CSJT	107,40%	Mensal	nº de processos julgados / nº de processos de distribuídos
Índice de satisfação do cliente externo com a qualidade dos serviços oferecidos e a valorização das pessoas	88%	90%	82,69%	Anual	(nº de clientes externos satisfeitos com a qualidade dos serviços oferecidos e a valorização das pessoas / nº de participantes da pesquisa) x 100
Índice de satisfação do cliente externo com a qualidade do atendimento	85%	87%	83,17%	Anual	(nº de clientes externos satisfeitos com a qualidade do atendimento / nº de participantes da pesquisa) x 100
Índice de satisfação do cliente externo com as instalações	92%	84%	93%	Anual	(nº de clientes externos satisfeitos com as instalações / nº de participantes da pesquisa) x 100
Índice de satisfação do cliente interno com as instalações	85%	75%	88%	Anual	(nº de clientes internos satisfeitos com as instalações físicas / nº de participantes da pesquisa) x 100
Índice de qualidade de vida no trabalho	80%	55%	87%	Anual	somatório do percentual de satisfação por item avaliado / quantidade de itens avaliados

Denominação	Histórico 2016	Índice previsto (meta 2017)	Índice observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
DIGITALIZAÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS - 1º GRAU	-	Projeto iniciado com a digitalização de duas Varas do Trabalho. Indicador ainda não calculado.			
Tempo médio de tramitação dos processos administrativos – MODAL. DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	31 dias	33 dias	47 dias	Trimestral	Média de dias de duração do processo administrativo modalidade dispensa e inexigibilidade de licitação
Tempo médio de tramitação dos processos administrativos - MODALIDADE PREGÃO	53 dias	76 dias	75 dias	Trimestral	Média de dias de duração do processo administrativo - modalidade pregão
iGov (Índice de Governança da Organização). Denominado Índice Geral de Governança simplificado (IGGs)	-	Aumentar, 3%, em relação à última apuração.	IGGs = 33% (primeira apuração)	Bienal	Percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGov, calculado bienalmente pelo TCU.
i-Gov TIC Jud (Índice de Governança de TI da Organização)	52%.	57%	76%.	Bienal	iGovTI (Índice de Governança de TI da Organização). Esse indicador, anteriormente calculado pelo TCU, está sendo substituído pelo i-Gov TIC Jud, calculado pelo CNJ.
iGovPessoas (Índice de Governança de Pessoas da Organização)	32,18%	35%	32,18%	Bienal	Percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGovPessoas, calculado bienalmente pelo TCU.
Índice de execução do orçamento de custeio e de capital disponibilizado	95,02%	99,80%	97,3%	Mensal	Valor do orçamento executado (incluindo Restos a Pagar / Total do orçamento disponibilizado)
*Índice de execução, dentro do próprio exercício, do orçamento de custeio e de capital disponibilizado.	88,41%	90% - Plano TRT 24. 68,92% - Plano CSJT	81,5%	Mensal	Valor do orçamento liquidado dentro do próprio exercício/ Valor total do orçamento de custeio e de capital disponibilizado

Plano JT: refere-se ao Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, o qual contém metas específicas para cada Tribunal Regional do Trabalho.

*O Indicador do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho chamado de “Índice de execução do orçamento de custeio e de capital disponibilizado” refere-se às despesas liquidadas até 31/dez, recebe no Plano TRT24 o nome de “Índice de execução, dentro do próprio exercício, do orçamento de custeio e de capital disponibilizado”.

Quadro 5 - Indicadores exclusivos do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (não constantes do Plano Estratégico do TRT 24ª Região)

Denominação	Histórico	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice de ações coletivas julgadas 1º GRAU	100%	98%	95,91%	Mensal	Ações Coletivas julgadas no 1º Grau/ Ações Coletivas distribuídas no 1º Grau
Índice de ações coletivas julgadas 2º GRAU	100%	98%	100%	Mensal	Ações Coletivas julgadas no 2º Grau/ Ações Coletivas distribuídas no 2º Grau
Índice de processos antigos	94,12%	90%	91,70%	Mensal	Processos antigos julgados / Processos antigos distribuídos
Índice de redução do acervo dos maiores litigantes	90,14%	102%	131,49%	Mensal	Processos dos Maiores Litigantes pendentes de julgamento no ano anterior x 0,985 / Processos dos Maiores Litigantes pendentes de julgamento no ano anterior + distribuídos - julgados

Quadro 6 - Relatório das Metas Nacionais (CNJ e CSJT)

Metas Nacionais (CNJ)	Meta do PE da Justiça do Trabalho	Texto da Meta	Resultado
	Meta 1 (iGovPessoas)	Atingir a faixa "aprimorado", até 2020, na avaliação do iGovPessoas.	Histórico TRT24 = 32,18%
	Meta 2 (Execução Orçamentária)	Aumentar o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em 6% em relação à média de 2011, 2012 e 2013 Meta: Executar pelo menos 68,92% do orçamento em 2017	Resultado obtido: 81,5% Meta cumprida
	Meta 3 (iGovTIC Jud)	Atingir a faixa "aprimorado", até 2020, na avaliação do iGovTI.	Situação atual: Intermediário. Resultado 76%.
	Meta 4 (Tempo médio de duração do processo 2º Grau)	Reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2016 em 2%. (Meta prevista para o TRT 24 para 2017 permanece em 173 dias).	Resultado obtido: 201 dias Meta não cumprida

	Meta 5 (Tempo médio de duração do processo 1º Grau)	Reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2016 em 4% . Meta prevista para o TRT24 para 2017 é de 267 dias.	Resultado obtido: 313 dias Meta não cumprida
Meta 1	Meta 6 (Processos Julgados)	Julgar pelo menos 90% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período.	Resultado obtido: 107,61% Meta cumprida
Meta 2	Meta 7 (Processos Antigos)	Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, no 1º e no 2º Graus.	Resultado obtido: 91,70% Meta cumprida
Meta 6	Meta 8 (Ações Coletivas)	Identificar e julgar, até 31/12/2017, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º Grau, e até 31/12/2015, no 2º Grau.	Resultado obtido 1º Grau: 95,91% Meta Não cumprida Resultado obtido 1º Grau: 100% Meta cumprida
Meta 3	Meta 9 (Conciliação)	Aumentar o Índice de Conciliação Fase de Conhecimento, em relação à média biênio 2013/2014, em 2% . Meta 51,97%	Resultado obtido: 47,24% Meta não cumprida
Meta 7	Meta 10 (Redução Maiores Litigantes)	Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação a 2016.	Resultado obtido: 131,49% Meta não cumprida
Meta 5	Meta 11 (Índice de execução)	Baixar pelo menos 90% da quantidade de execuções iniciadas no período.	Resultado obtido: 76,79% Meta não cumprida
	Meta 12 (iGov)	Aumentar, em relação à última apuração, a pontuação alcançada em 15% até 2020, sendo 0% em 2015.	IGGs = 33% (primeira apuração)
	Meta 13 (Cumprimento de Metas)	Atingir e manter pontuação entre 60 e 78 pontos até 2020.	Resultado obtido: 53 pontos Meta não cumprida

Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O mecanismo utilizado para medir o grau de satisfação dos cidadãos usuários e a avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos usuários é a Pesquisa de Satisfação do Cliente, aplicada anualmente pelo Núcleo de Gestão Estratégica a advogados e cidadãos que são partes nos processos, sem identificação pessoal, com perguntas objetivas e descritivas. Foi enviado convite para participação, por meio de *email*, a todos os advogados que militam na Justiça do Trabalho da 24ª Região, cadastrados no sistema PJe, totalizando 7.473 advogados. A pesquisa foi aplicada também por meio físico, nos Fóruns e Varas Trabalhistas, aos cidadãos que são partes nos processos. No total, participaram 416 cidadãos-usuários.

Os indicadores abaixo demonstram a satisfação dos cidadãos-usuários:

- Índice de satisfação dos cidadãos usuários: 79%
- Índice de satisfação dos cidadãos-usuários com os produtos e serviços:

77,69%

O questionário inclui perguntas quanto à satisfação: com os serviços oferecidos, com o tratamento dado às pessoas, com a celeridade na tramitação dos processos, com o cumprimento dos horários das audiências, com o acesso às informações, com a linguagem da comunicação, com a rapidez e interesse no atendimento, com a adequação dos ambientes, com a utilidade dos serviços oferecidos via *internet*, com o tempo de resposta ao utilizar os canais de contato.

A satisfação dos cidadãos-usuários tem se mantido alta nos últimos anos, conforme as pesquisas realizadas, cujos resultados são publicados no *site* do Tribunal, ícone Gestão Estratégica, desde 2009.

Gestão de riscos e controles internos

No âmbito da atuação da Gestão Estratégica, tem-se a informar que há um projeto estratégico, relacionado à gestão de riscos, constante do portfólio de projetos estratégicos do Tribunal, ainda a ser desenvolvido.

Gestão administrativa

A Administração do Tribunal procurou otimizar os processos de aquisição de bens e serviços, bem como a cotação de preços e o tratamento estatístico. Para isso foi elaborado o Manual de Aquisições do TRT da 24ª Região, instituído pela Portaria TRT/GP/DG nº 74/2017, que passou a vigorar a partir de 7.6.2017.

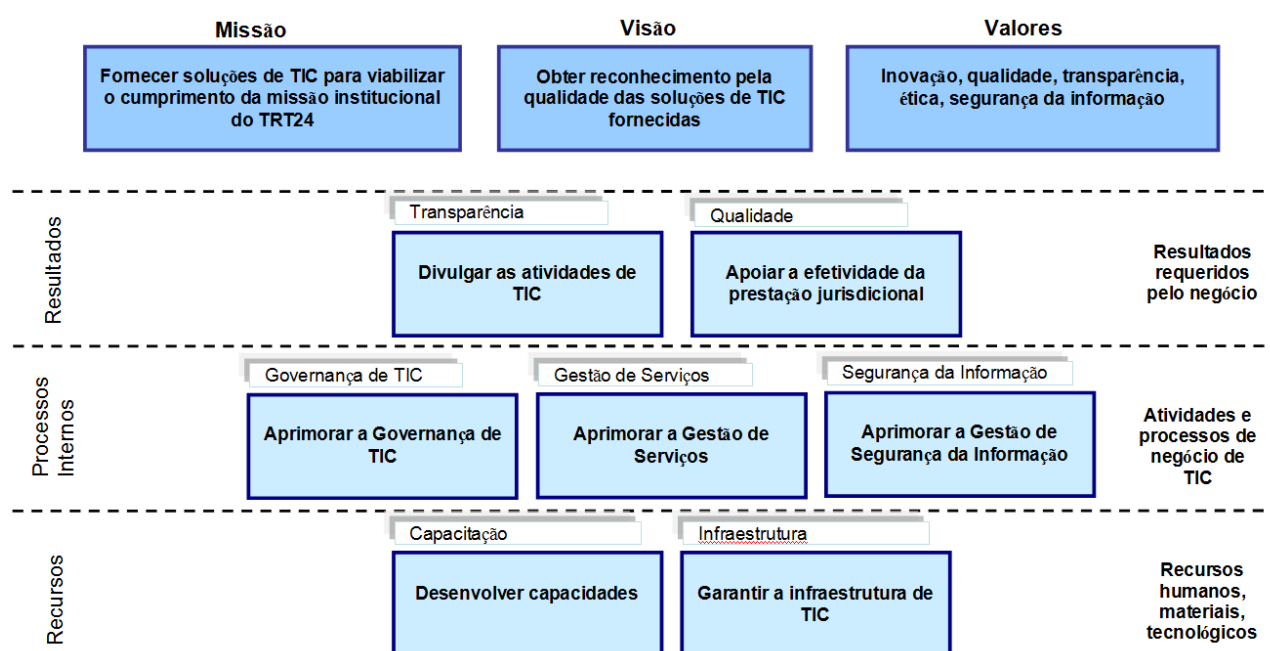
Com a adoção do Manual de Aquisições houve uma descentralização dos processos de compras, uma vez que a referida norma delegou para as unidades executoras a instrução dos processos de aquisição, incluindo a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico e a precificação do objeto por meio de pesquisa de mercado.

Gestão de Tecnologia da Informação

A gestão de TI realizada pela então Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações, durante o ano de 2017, foi realizada com foco na execução do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações 2015-2020.

Para garantir a continuidade dos serviços, durante o desenvolvimento dos trabalhos, prosseguiu-se com portfólio anterior, incluindo as novas ações necessárias para elaboração do Plano Diretor de TI (PDTI), com adequações para o atendimento à Resolução CNJ nº 211/2015.

Mapa Estratégico da TIC:



Alinhamento do Mapa Estratégico da TIC com o PET do TRT24^a:

		Objetivos Estratégicos do TRT24						
		Efetividade	Relacionamento e Integração	Estímulo à conciliação	Governança	Agilização	Valorização das pessoas	Estruturação
Objetivos Estratégicos de TIC do TRT24	Divulgar as atividades de TIC				X			
	Apoiar a efetividade da prestação jurisdicional				X			X
	Aprimorar a governança de TIC	X			X	X		
	Aprimorar a Gestão de Segurança da Informação	X			X			X
	Desenvolver capacidades						X	
	Garantir a infraestrutura de TIC	X	X	X	X	X	X	X

Comitê Gestor de TIC

Composição:

Desembargador João de Deus Gomes de Souza - Presidente do TRT24^a
Desembargador Nicanor de Araújo Lima - Vice-Presidente do TRT24^a
Desembargador Marcio Vasques Thibau de Almeida - Coordenador do CGR-PJe-JT
Juiz Júlio César Bebbber - Juiz Auxiliar da Presidência
Alencar Minoru Izumi – Diretor Geral
Maria Leonor Rocha - Diretora da Secretaria de Coordenação Judiciária
Geslaine Perez Maquerte - Diretora da Coordenadoria de TIC

Principais deliberações:

- Adequação de plano orçamentário para recuperação de infraestrutura após a restrição orçamentária do exercício anterior;
- Priorização de projetos de instalação dos Sistemas Administrativos Nacionais;
- Alterações no Plano de Contratações de TIC 2017;
- Ajustes do PDTI e portfólio;
- Aprovação do Plano de Contratações 2018;
- Reuniões de reavaliação da estratégia - PETIC e PDTI.

Sistemas de Informação no TRT24^a

Estão identificados os sistemas computacionais utilizados, sejam nacionais ou desenvolvidos pelo próprio Tribunal, bem como aqueles em desenvolvimento, com destaque para o PJe-JT e o e-Gestão, que trouxeram grande impulso à atividade jurisdicional no âmbito desta Justiça Trabalhista:

Principal Sistema de Informação do Tribunal - PJe-JT:

O Sistema de Processos Eletrônicos - PJe-JT, é o principal sistema utilizado pelo TRT24^a, por abarcar o principal negócio da instituição: "Processos Judiciais Trabalhistas".

Desde o mês de setembro de 2014, com a finalização da implantação do PJe-JT, todos os processos novos são eletrônicos, protocolados no PJe-JT.

No ano de 2017 a disponibilidade e sustentabilidade do sistema foram mantidas sob priorização para recuperação das restrições orçamentárias:

- Manutenção do atendimento a certificados digitais para os magistrados e servidores;
- Manutenção do sistema na versão disponível mais recente;
- Implementado o projeto de aquisição para atualização do parque de computadores e de impressoras utilizados nas unidades, entregues no final do mês de dezembro.

O Sistema não está sendo completamente utilizado por dependência da implementação de Projeto de Conversão de Processos Físicos em eletrônicos.

Sistemas Nacionais

São utilizados adicionalmente os seguintes sistemas nacionais:

- a) AUD: Sistema para sala de audiência;
- b) SIGEO: Sistema de Gestão Orçamentária;
- c) e-Gestão: Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da JT;
- d) PROGECOM: Sistema Nacional para Gestão de Pessoas por Competência;
- e) SCMP: Sistema de Controle de Material de Patrimônio.

Foram iniciados os projetos para implantação dos Sistemas Nacionais:

- a) SIGEP – Sistema de Gestão de Pessoas;
- b) PROAD – Sistema de Gestão de Processos Administrativos.

Força de trabalho de TIC

Abaixo segue identificados os diferentes tipos de mão de obra utilizados na TI, identificando o quantitativo de pessoas do quadro da TI, exercendo atividades de TI nas diversas áreas, incluindo governança e gestão.

Tipo de mão-de-obra	Qtde. de pessoas
Servidores efetivos do quadro de TI lotados no setor	28
Servidores de outras áreas que realizam atividades de TI	3
Terceirizados - Contrato de <i>Help Desk</i>	6
Estagiários - nível superior	4

Projetos de TI desenvolvidos

Abaixo seguem listados os projetos concluídos em 2017. Um dos pontos de mais destaque é que foi desenvolvido um esforço desta Coordenadoria para registro de projetos que não eram computados e não tinham seu acompanhamento registrado até 2016.

Nesse cenário de regulamentação dos projetos, houve um salto significativo na quantidade de projetos de TIC, apesar de no momento a equipe estar entrada em projetos de grande prazo que somente encerrarão em 2018 (como instalação de sistemas nacionais e desenvolvimento do novo portal).

As ações, como são atividades contínuas do PETIC, tem data de término além do final de 2017, e foram executadas ordinariamente.

Identificação	Início	Término	Unidade	Categoria	Recursos orçamentários
20161229.1 - Manter serviço suporte, mentoria e treinamento em Postgre SQL	15/01/2016	14/01/2018	Diretoria	Ação	R\$ 152.922,96 /ano
20161220.1 - Manter aluguel de postes da Energisa (inclui acordo SGI BLima 20171209.1)	22/11/2016	16/04/2018	Diretoria	Ação	R\$ 42.843,84 /ano

20161230.1 - Manter licenças e suporte técnico ao JBOSS (PJe-JT)	29/07/2016	28/07/2018	Diretoria	Ação	R\$ 158.425,08 /ano
20161221.1 - Manter links da Rede JT (interior)	23/11/2016	31/07/2018	Diretoria	Ação	R\$ 287.092,56 /ano
20171208.1 - Manter serviço de internet móvel	14/09/2017	13/09/2018	Diretoria	Ação	
20161227.1 - Manter serviço de monitoramento -PJ-e	18/12/2015	17/12/2018	Diretoria	Ação	R\$ 130.878,84 /ano
20161231.1 - Manter licenças e suporte técnico LINUX (PJe-JT)	18/01/2016	18/01/2019	Diretoria	Ação	R\$ 39.610,08 /ano
20161226.1 - Manter serviço de operação de central de atendimento a usuários (Service Desk)	28/10/2015	27/02/2019	Diretoria	Ação	R\$ 328.676,16 /ano
20161225.1 - Manter serviço de filtro de conteúdo WEB	03/02/2015	28/02/2019	Diretoria	Ação	10791 / ano
20161224.1 - Manter link de internet	03/12/2015	02/04/2019	Diretoria	Ação	R\$ 174.595,68 /ano
20170308.1 - Manter licenças e suporte ao Arbutus Analyzer	02/10/2016	02/10/2019	Diretoria	Ação	R\$ 6.000,00 /ano
20180302.1 - Manter serviço de assistência técnica do cabo óptico	22/01/2018	22/08/2019	Diretoria	Ação	R\$ 211.999,57 /ano
20171205.1 - Manter solução de segurança EndPoint	07/02/2017	30/03/2021	Diretoria	Ação	R\$ 33.828,00 /ano
20180301 - Manter licença e suporte ao banco de dados ORACLE	10/11/2017	11/05/2017	Diretoria	Ação	R\$ 214.916,04 /ano
20150627.2 - Publicar informações sobre projetos e indicadores	30/07/2015	18/12/2020	Governança	Ação	
Treinar Usuários em Segurança da Informação	01/03/2017	18/12/2020	Diretoria	Ação	
20160905.1 - Contratar Suporte OnGoing para sala-cofre	01/09/2016	30/03/2017	Infraestrutura	Projeto	R\$ 333.128,88 /ano
20150627.2 - Publicar informações sobre projetos e indicadores	30/07/2015	18/12/2020	Governança	Ação	
20160602.1 - Executar processos de segurança da informação	23/05/2016	20/01/2017	Infraestrutura	Projeto	
20161228.1 - Manter serviço de filtro de conteúdo de email (Antispam)	01/02/2016	01/02/2017	Diretoria	Ação	
20160302.1 - Atualizar sistema de controle de acesso a sistemas (GEUS)	01/02/2016	03/02/2017	Sistemas	Projeto	
20161202.1 - Executar moving para novo prédio da JBL	09/11/2016	10/02/2017	Infraestrutura	Projeto	
20161205.1 - Contratar serviço de certificação digital	06/03/2017	05/05/2017	Diretoria	Projeto	R\$ 22.000,00
20161206.1 - Contratar suporte para firewall	13/03/2017	19/05/2017	Diretoria	Projeto	R\$101.339,80
20161207.1 - Contratar suporte para servidores BLADE	13/03/2017	19/05/2017	Diretoria	Projeto	R\$ 143.563,92
20170301.1 - Integrar EJTRT ao SIGEP	06/03/2017	23/05/2017	Sistemas	Projeto	
20161223.1 - Manter serviço de Internet móvel 3 G+	22/06/2016	22/06/2017	Diretoria	Ação	
20160905.1 - Contratar Suporte OnGoing para sala-cofre	06/03/2017	14/07/2017	Infraestrutura	Projeto	
20170302.1 - Adequar SCMP para entrega ao CSJT	20/03/2017	28/07/2017	Sistemas	Projeto	
20170612.1 - Instalar sistema CPTEC	24/07/2017	18/08/2017	Diretoria	Projeto	
20170611.1 - Instalar Meu Portal	06/06/2017	08/09/2017	Diretoria	Projeto	
20170309.1 - Manter licenças e suporte ao TSM	07/10/2016	07/10/2017	Diretoria	Projeto	
20170606.1 - Adquirir impressoras multifuncionais	31/07/2017	10/11/2017	Serviços	Projeto	
20170909.1 - Contratar Suporte Banco de Dados Oracle 2017	25/09/2017	17/11/2017	Diretoria	Projeto	
20150623.3.2 - Configurar Prédio da JBL - adquirir nobreaks de grande porte	14/03/2017	21/07/2017	Infraestrutura	Projeto	R\$ 60.499,00
20151106.1 - Implantar Tvs em sala de espera	27/06/2016	01/09/2017	Diretoria	Projeto	
20170902.1 - Migrar e Reconfigurar Antivírus para Endpoint	24/07/2017	27/10/2017	Segurança	Projeto	
20170908.1 - Adquirir Switches de Borda	07/08/2017	17/11/2017	Diretoria	Projeto	
20170907.1 - Contratar Serviço de Manutenção de Cabeamento de Rede	28/08/2017	24/11/2017	Diretoria	Projeto	

Estruturado e Fibra Óptica					
20161216.1 - Atualizar versão do TSM	31/07/2017	01/12/2017	Infraestrutura	Projeto	
20170911.1 - Adquirir Hds e Memórias	11/09/2017	15/12/2017	Diretoria	Projeto	
20170912.1 - Adquirir Microcomputadores – 2017	11/09/2017	22/12/2017	Diretoria	Projeto	
20170604.1 - Adquirir licenças de VMWare VSphere	11/12/2017	20/12/2017	Infraestrutura	Projeto	
20171204.1 - Adquirir licenças Office para Windows 10	11/12/2017	20/12/2017	Diretoria	Projeto	
20171202.1 - Adquirir licenças CITRIX	20/11/2017	20/12/2017	Diretoria	Projeto	

Importante destacar o projeto de renovação do parque de equipamentos de informática com a aquisição de 100 microcomputadores e outros, objeto do Processo nº 2842-2017, com recursos descentralizados pelo CSJT.

Capacitação

Em 2017, sob a direção do Desembargador Amaury Rodrigues Pinto Junior, a Escola Judicial, órgão do Tribunal conforme estabelecido no inciso VIII do art. 3º da Resolução Administrativa 77/2015 do Regimento Interno deste TRT, cuja atribuição é a formação e desenvolvimento das potencialidades e habilidades dos magistrados e servidores, realizou atividades de capacitação que somaram cerca de 1.624 certificados expedidos.

O planejamento e a execução das atividades de formação inicial e continuada de magistrados e servidores atendem aos normativos do CNJ, CSJT, ENAMAT como ainda, têm como pilares o Projeto Pedagógico e o Estatuto da Escola Judicial.

O Plano Anual de Capacitação é integrado pelos seguintes programas:

- Programa de Formação Continuada de Magistrados e Servidores;
- Programa de Formação de Formadores;
- Programa de Formação Inicial de Juízes Vitaliciandos;
- Programa de Desenvolvimento Gerencial, e
- Programa de Reciclagem Anual para a Atividade de Segurança.

QUADRO GERAL DE PARTICIPAÇÕES DE MAGISTRADOS – ATIVIDADES INTERNAS E EXTERNAS PRESENCIAL E A DISTÂNCIA

PERÍODO	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES
1º Semestre	88 horas	134
2º Semestre	181 horas-aula	83
TOTAL	269 horas-aula	217

MAGISTRADOS – CURSOS OFERECIDOS PELA ENAMAT PRESENCIAL E À DISTÂNCIA

PERÍODO	NÚMERO DE ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES
1º e 2º semestres	13	354 horas-aula	28
TOTAL		354 horas-aula	28

MAGISTRADOS – CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DE MAGISTRADOS – MÓDULO REGIONAL

ATIVIDADE	DURAÇÃO	NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES
IX e XXIX Curso de Formação Inicial de Magistrados – Módulo Regional (Realizado parte no TRT24ª e no TRT 15ª Região)	67 dias	1

QUADRO RESUMO DE PARTICIPAÇÕES DE SERVIDORES - ATIVIDADES INTERNAS PRESENCIAL E A DISTÂNCIA

PERÍODO	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES
1º Semestre	232 horas	613
2º Semestre	344 horas	602
TOTAL	576 horas	1215

**QUADRO RESUMO DE PARTICIPAÇÕES DE SERVIDORES EM ATIVIDADES
EXTERNAS PRESENCIAL E A DISTÂNCIA**

PERÍODO	CARGA HORÁRIA	PARTICIPAÇÕES
1º Semestre	190 horas	62
2º Semestre	831 horas	130
TOTAL	1021 horas	192



3/2/2017 – Abertura da atividade inicial de 2017 pelo Des. Amaury Rodrigues Pinto Junior, Diretor da Escola Judicial, com o tema: Reforma Previdenciária.



16 e 17.03 – Curso sobre instrumentos de efetividade na execução



27 e 28.04 – Curso sobre Direito Ambiental do Trabalho



2 a 5.5 e de 5 a 8.06 – Curso de Libras.



23 a 26.05 e de 7 a 10.08 – Reciclagem de Agentes de Segurança



28 e 29.08 - O protagonismo da pessoa com deficiência no mundo do trabalho



A REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL E NA ESPANHA:

**Especial referência à negociação
coletiva e terceirização**

Thereza Christina Nahas - Juíza Titular do TRT 2ª Região
Professor Óscar Contreras Hernandez – Universidad de Castilla-La Mancha

6 de OUTUBRO

Inscrições: No período de 22 a 28 de setembro, até 17 horas, no Sistema da Escola Judicial

Local: Sala de treinamento da EJTRT

Horários: Dia 6.10 - das 9h às 12h e das 14h às 17h

Carga Horária: 6(seis) horas de atividade presencial, acrescentando-se 1(uma) hora em EAD para magistrados (carga-horária total para magistrados: 7 horas).

Público-alvo: Magistrados e servidores - **VAGAS LIMITADAS (80 Vagas)**



CERTIFICAÇÃO
Apenas com
PRESENÇA INTEGRAL

INSCRIÇÕES ▶



ASPECTOS DA INSERÇÃO DE TECNOLOGIA NO TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NA SAÚDE MENTAL

9 de NOVEMBRO

Inscrições: No período de 26 de outubro a 6 de novembro, até 17 horas, no Sistema da Escola Judicial

Local: Sala de treinamento

Horários: das 9h às 12h e das 14h às 17h

Carga Horária: 6 (seis) horas/aula

Número de Vagas: 30 vagas na Capital e Interior

CERTIFICAÇÃO
Apenas com
PRESENÇA INTEGRAL

INSCRIÇÕES ►



ATIVIDADE DE ENCERRAMENTO

II CICLO DE ESTUDOS

23/11 17h MICHELE TARUFFO

Uma simples verdade
O Juiz e a construção dos fatos

23 e 24 de NOVEMBRO



Inscrições: No período de 10 a 17 de novembro, até 17 horas, no Sistema da Escola Judicial

Local: Sala de Treinamento

Horários: 23.11 - das 9h às 12h e das 14h às 18h e
24.11 - das 9h às 12h e das 14h às 17h

Carga Horária: Magistrados - 15h (13h presencial + 2h em EaD)
Servidores - 10 horas

Público-alvo: Magistrados e Servidores (APROXIMADAMENTE 100 Vagas)

CERTIFICAÇÃO
Apenas com
PRESENÇA INTEGRAL

CONTEÚDO
PROGRAMÁTICO/DOCENTES
CLIQUE AQUI

INSCRIÇÕES ►

Dados do judiciário

No ano judiciário de 2017, extrai-se dos dados estatísticos que as 26 Varas do Trabalho da 24ª Região receberam por distribuição 32.519 processos, tendo solucionado 36.172, o que representa 111,23% de julgados em relação aos distribuídos; o segundo grau de jurisdição distribuiu 9.931, tendo julgado 10.413, o que representa 104,85% de julgados em relação aos distribuídos, conforme as metas dos CNJ e Plano Estratégico da Justiça do Trabalho.

As Varas do Trabalho, em 2017, liberaram aos reclamantes os valores de R\$ 442.504.922,12, resultantes dos pagamentos espontâneos dos reclamados e os provenientes de acordo e da execução.

Ainda em relação à prestação jurisdicional, destaca-se a realização da Semana Nacional de Conciliação, sob a responsabilidade do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, tendo sido arrecadado, no ano de 2017, o montante de R\$ 6.512.924,87. Na Semana Nacional de Execução Trabalhista foi arrecadado o valor de R\$ 2.928.513,42, totalizando em R\$ 9.441.448,29, tendo sido realizadas 1.234 audiências e homologados 452 acordos.

Em 2017, foram protocoladas 1.214 requisições, das quais foram indeferidas 104 e quitadas 1026, no valor total de R\$ 1.053.262,59, conforme tabela a seguir:

PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS – 2017						
	Quantidade	Valor requisitado	INSS descontado	IR retido	ISS descontado	Valor creditado
Antecipações	52	17.110,00	1.799,60	472,13	834,50	13.994,76
Pagamentos	1026	1.053.262,59	84.709,23	100.035,15	39.395,19	821.601,00
Total		1.070.372,59	86.508,83	100.507,28	40.229,69	835.595,76
Indeferidas	104	118.645,01				
Pendentes para 2018	32	26.215,54				

Em relação à execução contra a Fazenda Pública, foram expedidos 26 ofícios requisitórios referentes a precatórios recebidos no ano de 2017, sendo efetuada a quitação de 76 precatórios, totalizando R\$ 4.746.787,47. Foram cancelados, no período, 8 precatórios, no total de R\$ 113.907,91, em razão de renúncia pelos exequentes ao crédito excedente para enquadramento como requisição de pequeno valor, e 1 precatório, no valor de R\$ 85.995,46, por acolhimento de exceção de pré-executividade pelo Juízo da execução.

No mesmo período, o Núcleo recebeu 134 processos para Requisições de Pequeno Valor da Administração Direta e Indireta da União, totalizando R\$ 595.971,97, dos quais R\$ 16.226,35 destinaram-se à contribuição previdenciária de 24 processos; R\$ 93.417,64 à quitação de 64 honorários periciais; R\$ 375.597,20 ao pagamento do crédito de 32 reclamantes; e R\$ 110.730,78 a honorários advocatícios de 22 processos.

Em cumprimento à Resolução nº 115, publicada em 2 de julho de 2010 pelo Conselho Nacional da Justiça, que visa a regulamentar aspectos procedimentais referentes à Emenda Constitucional nº 62/09, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul realizou repasses de valores referentes aos precatórios que se encontravam na ordem cronológica de pagamento e a créditos preferenciais por idade ou doença, num total de R\$ 2.825.442,94.

O Núcleo realizou ainda a atualização do débito e emissão de guias de depósito para transferência dos valores das contas judiciais vinculadas aos processos administrativos para os precatórios a serem quitados, mantendo controle do saldo das referidas contas e encaminhando ao TJ/MS certidões de quitação dos precatórios para exclusão dos processos da lista única de pagamento.

Com os valores repassados pelo TJ/MS foi quitado o débito em 57 precatórios do Estado de Mato Grosso do Sul, num total de R\$ 2.629.746,52 e antecipado o crédito preferencial a 3 credores por idade em 3 processos, num montante de R\$ 112.275,15 de adiantamento; e ainda, 3 precatórios do Município de Porto Murtinho, num total de R\$ 151.197,93.

Em atenção ao § 1º do art. 1º da referida Resolução, em janeiro e em agosto de 2017 foram encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça as relações de todos os precatórios pendentes e quitados no ano, com valores atualizados para alimentar a base de dados do SISGP – Sistema de Gestão de Precatórios.

Em continuidade ao parcelamento autorizado pelo Presidente do TRT da 24ª Região, o Município de Coxim prosseguiu com o depósito mensal de R\$ 30.000,00, com os quais foram quitados 4 precatórios, num montante de R\$ 317.765,95 e antecipado o crédito preferencial por idade a um credor em 1 processo.

Em atenção ao disposto na Resolução CNJ nº 92, de 13 de outubro de 2009, desde novembro de 2009 são disponibilizadas as informações no portal do Tribunal, na *internet*, da ordem de expedição e pagamento dos precatórios e, a partir de agosto de 2012, passou a constar das informações disponibilizadas a posição dos precatórios trabalhistas na ordem cronológica e a informação dos pagamentos efetuados.

Finalmente, atendendo a solicitação do Conselho Nacional de Justiça, em análise do Pedido de Providências – Corregedoria 003148-92.2013.2.00.0000, desde agosto de 2013 é efetuada regularmente a atualização da dívida de todos os entes devedores, com a relação disponível no portal do tribunal na *internet*, para consulta dos interessados.

GESTÃO DE PRECATÓRIOS

MOVIMENTAÇÃO DE PRECATÓRIOS

	Autuados		Quitados		Cancelados		Total pendente de pagamento	
2016	292	17.388.551,82						
Janeiro							292	17.388.551,82
Fevereiro			1	116.877,14	1	17.742,41	290	17.286.200,21
Março	3	91.735,94	15	795.229,07			278	16.837.962,27
Abril			2	113.708,59			276	16.753.803,27
Maio	5	575.732,79					281	17.302.565,90
Junho	6	460.700,78	3	115.022,17			284	17.720.357,27
Julho			12	1.521.558,85	5	81.718,24	267	16.255.304,91
Agosto	2	93.035,51	1	8.403,76			268	16.349.402,81
Setembro	3	294.972,23	1	38.322,37			270	16.577.687,33
Outubro	2	48.600,61	35	1.425.302,99	1	14.447,26	236	15.603.793,00
Novembro	1	226.466,09					237	15.831.357,49
Dezembro	1	57.574,01	6	612.362,53	1	85.995,46	231	15.331.982,51
2017	23	1.848.817,96						
Total	315	19.237.369,78	76	4.746.787,47	8	199.903,37	231	15.331.982,51

Fonte: Relatórios do Sistema e-Gestão

REPASSES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL PARA O TRT – 24ª REGIÃO

	Estado de Mato Grosso do Sul	Município de Porto Murtinho
Janeiro		
Fevereiro	88.843,33	
Março	749.591,42	
Abril		
Maio		
Junho		74.000,11
Julho	307.139,40	35.146,54
Agosto		
Setembro	29.911,98	
Outubro	1.378.251,71	42.051,28
Novembro		
Dezembro	76.008,68	
	2.674.245,01	151.197,93

Fonte: Extratos das contas judiciais

Obs. Os repasses realizados referentes ao Estado de Mato Grosso do Sul nos meses de fevereiro, setembro e dezembro são relativos a pagamentos de preferências deferidas.

MOVIMENTAÇÃO DE REQUISIÇÕES DE PAGAMENTOS DE PEQUENO VALOR

Mês	Autuadas	Quitadas	Canceladas	Partes		INSS		Peritos		Honorários advocatícios		Custas		Total
2016	7													
Janeiro	1	3		3	36.042,58	3	1.980,45	3	2.254,50	3	5.298,38			45.575,91
Fevereiro	16	3		1	4.968,39			2	1.185,50	1	1.767,59			7.921,48
Março	4	4	2	3	29.088,38	3	1.295,07	1	650,47	1	708,64			31.742,56
Abril	1	9		6	60.138,39	4	1.826,39	4	28.961,41	5	5.808,76			96.734,95
Maio	11	7		6	68.013,05	5	2.475,11			6	7.437,91			77.926,07
Junho	9	5		3	20.473,78	3	542,02	4	2.450,68					23.466,48
Julho	11	11	2	6	95.061,76	3	4.218,38	5	5.247,39	4	86.032,66			190.560,19
Agosto	26	13	12					12	14.808,37	2	3.676,84			18.485,21
Setembro	5	14	1	2	44.312,19	2	3.463,76	9	14.398,23					62.174,18
Outubro	2	4		1	9.550,05	1	425,17	8	6.221,33					16.196,55
Novembro	37	3	3	1	7.948,63			2	2.498,36					10.446,99
Dezembro	18	14	3					14	14.741,40					14.741,40
2017	35													
	141	90	23	32	375.597,20	24	16.226,35	64	93.417,64	22	110.730,78	0		595.971,97

Fonte: Relatórios extraídos do Sistema e-Gestão

DADOS ESTATÍSTICOS DOS 1º E 2º GRAUS:

Os dados estatísticos dos 1º e 2º graus do ano de 2017 encontram-se consolidados nas tabelas que se seguem (todos os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, incluindo os processos físicos e eletrônicos).

QUADROS DE PRODUÇÃO DAS VARAS DO TRABALHO FASE DE CONHECIMENTO

Vara do Trabalho	Recebidos por VT				Solucionados		
	Casos Novos (por distribuição)	Redistribuídos	Sentença Reformada ou Anulada	Total	Sentença	Acordo	Total
Amambaí	562	5	0	567	264	455	719
Aquidauana	796	20	3	819	446	430	876
Bataguassu	895	2	2	899	420	391	811
Campo Grande 1ª Vara	1671	74	4	1749	1.123	641	1.764
Campo Grande 2ª Vara	1632	127	10	1769	1.210	789	1.999
Campo Grande 3ª Vara	1661	65	12	1738	1.123	549	1.672
Campo Grande 4ª Vara	1640	101	15	1756	1.157	735	1.892
Campo Grande 5ª Vara	1646	65	3	1714	1.235	607	1.842
Campo Grande 6ª Vara	1604	56	5	1665	968	685	1.653
Campo Grande 7ª Vara	1614	79	12	1705	1.227	702	1.929
Cassilândia	1475	30	3	1508	657	629	1.286
Corumbá	751	4	3	758	473	388	861
Coxim	924	3	1	928	435	623	1.058
Dourados 1ª Vara	1662	188	6	1856	1.145	794	1.939
Dourados 2ª Vara	1651	170	3	1824	1.140	736	1.876
Fátima do Sul	768	13	3	784	654	349	1.003
Jardim	664	5	0	669	363	297	660
Mundo Novo	747	13	9	769	301	532	833
Naviraí	1550	6	2	1558	1.045	422	1.467
Nova Andradina	1424	7	5	1436	591	1.178	1.769
Paranaíba	878	5	5	888	484	620	1.104
Ponta Porã	823	1	2	826	323	323	646
Rio Brillhante	1567	30	9	1606	1.209	422	1.631
São Gabriel do Oeste	634	14	4	652	277	449	726
Três Lagoas 1ª Vara	1627	49	14	1690	1.391	608	1.999
Três Lagoas 2ª Vara	1653	48	7	1708	1.475	682	2.157
Total	32519	1180	142	33841	21136	15036	36172

FASE DE EXECUÇÃO

Vara do Trabalho	Iniciadas	Recebidos de outros Órgãos	Desarquivadas	Encerradas	Remetidos a Outros Órgãos	Arquivados Provisoriamente	Pendentes		
							Em Execução	Em Arquivo Provisório	Total
Amambai	178	13	50	0	0	6	459	0	459
Aquidauana	212	42	147	0	0	61	371	124	495
Bataguassu	436	41	662	0	0	56	368	627	995
Campo Grande 1ª Vara	461	1	345	0	2	1	1.809	0	1.809
Campo Grande 2ª Vara	591	6	260	2	0	69	1.679	489	2.168
Campo Grande 3ª Vara	779	82	590	0	0	5	1.853	234	2.087
Campo Grande 4ª Vara	393	141	235	0	1	32	1.402	210	1.612
Campo Grande 5ª Vara	814	36	348	1	2	13	1.873	525	2.398
Campo Grande 6ª Vara	303	0	109	1	1	5	1.330	13	1.343
Campo Grande 7ª Vara	460	0	243	1	1	0	1.469	2	1.471
Cassilândia	466	9	476	0	0	2	547	12	559
Corumbá	220	0	188	0	0	1	659	1	660
Coxim	261	0	212	1	1	0	716	0	716
Dourados 1ª Vara	328	64	247	1	1	259	485	1.116	1.601
Dourados 2ª Vara	669	26	491	1	1	89	979	766	1.745
Fátima do Sul	374	20	326	0	0	35	322	121	443
Jardim	297	11	171	0	0	23	784	519	1.303
Mundo Novo	109	26	92	0	0	16	126	13	139
Naviraí	1.099	15	424	0	0	23	1.300	59	1.359
Nova Andradina	300	1	194	0	0	1	782	0	782
Paranaíba	297	1	148	0	0	0	773	5	778
Ponta Porá	311	79	297	0	1	138	298	369	667
Rio Brilhante	685	54	937	0	0	185	799	194	993
São Gabriel do Oeste	118	28	69	0	0	24	283	26	309
Três Lagoas 1ª Vara	498	78	378	0	0	62	1.175	778	1.953
Três Lagoas 2ª Vara	700	77	521	0	0	103	990	265	1.255
Total	11359	851	8160	8	11	1.209	23631	6468	30099

INCIDENTES PROCESSUAIS JULGADOS

Vara Trabalhista	JULGADOS							Total
	Embargos de Declaração	Antecipações de Tutela	Impugnações de Sentença de Liquidação	Embargos Execução	Embargos Arrematação	Embargos Adjudicação	Exceções de Pré-executividade	
Amambaí	40	39	3	108	-	-	24	214
Aquidauana	66	63	1	17	-	-	1	148
Bataguassu	95	32	43	77	-	-	5	252
Campo Grande 1ª Vara	226	224	16	105	-	-	7	578
Campo Grande 2ª Vara	252	222	25	145	-	-	12	656
Campo Grande 3ª Vara	174	149	16	66	-	-	3	408
Campo Grande 4ª Vara	196	222	19	107	1	-	8	553
Campo Grande 5ª Vara	202	227	17	182	-	-	13	641
Campo Grande 6ª Vara	103	230	8	110	1	-	4	456
Campo Grande 7ª Vara	152	240	14	105	1	-	6	518
Cassilândia	84	125	4	87	-	-	5	305
Corumbá	96	97	3	26	-	-	2	224
Coxim	75	71	6	32	-	-	4	188
Dourados 1ª Vara	119	78	8	99	-	-	2	306
Dourados 2ª Vara	129	163	3	79	-	-	1	375
Fátima do Sul	139	16	3	79	-	-	2	239
Jardim	39	10	1	10	-	1	-	61
Mundo Novo	31	21	3	7	-	-	-	62
Naviraí	69	5	6	25	1	-	-	106
Nova Andradina	107	71	4	32	1	-	2	217
Paranaíba	72	53	4	16	-	-	2	147
Ponta Porã	43	52	1	41	-	-	1	138
Rio Brilhante	138	34	12	128	-	-	2	314
São Gabriel do Oeste	64	51	1	7	-	-	4	127
Três Lagoas 1ª Vara	152	107	15	63	-	-	11	348
Três Lagoas 2ª Vara	134	76	5	80	-	-	137	432
Total:	2.997	2.678	241	1.833	5	1	258	8.013

ARRECAÇÃO POR VARA/FÓRUM

Vara Trabalhista/ Foro Trabalhista	Custas Processuais	Emolumentos	Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Subtotal	Valores Pagos decorrentes de Multas	Total
Amambaí	13010,6	263,49	90962,32	19402,35	123638,76	0	123638,76
Aquidauana	52247,6	0	486336,79	13977,41	552561,8	0	552561,8
Bataguassu	313772,57	117,62	3526627,35	31765,61	3872283,15	20739,22	3893022,37
Campo Grande 1ª Vara	232325,06	1141,15	3201849,07	198151,66	3633466,94	0	3633466,94
Campo Grande 2ª Vara	152619,76	213,13	937685,9	23541,76	1114060,55	0	1114060,55
Campo Grande 3ª Vara	89359,16	3350	1253158,95	177968,47	1523836,58	0	1523836,58
Campo Grande 4ª Vara	140119,92	0	1390812,02	17551,22	1548483,16	20948,2	1569431,36
Campo Grande 5ª Vara	249319,94	204,18	3294188,87	446727,94	3990440,93	0	3990440,93
Campo Grande 6ª Vara	113975,29	0	1396019,23	62356,86	1572351,38	0	1572351,38
Campo Grande 7ª Vara	132378,32	0	1147525,93	11928,43	1291832,68	74743,05	1366575,73
Cassilândia	151374,94	0	713581,3	139148,93	1004105,17	0	1004105,17
Corumbá	94576,14	1667,46	519525,32	49466,93	665235,85	0	665235,85
Coxim	36600,48	1712,1	1328710,33	15179,97	1382202,88	0	1382202,88
Dourados 1ª Vara	312475,3	235,02	1764084,79	88543,9	2165339,01	0	2165339,01
Dourados 2ª Vara	223114,57	1043,08	1671383,51	37239,16	1932780,32	108788,44	2041568,76
Fátima do Sul	96750,85	57,2	1012226,41	34447,48	1143481,94	0	1143481,94
Jardim	91094,73	224,82	500972,32	0	592291,87	0	592291,87
Mundo Novo	41334,78	703,18	379469,56	1119,76	422627,28	0	422627,28
Naviraí	134193,02	0	1700495,17	211582,87	2046271,06	0	2046271,06
Nova Andradina	95553,79	16,59	302299,24	94836,43	492706,05	0	492706,05
Paranaíba	27232,59	0	406194,65	0	433427,24	0	433427,24
Ponta Porá	105129,71	86,41	586487,64	67272,08	758975,84	0	758975,84
Rio Brilhante	173778,1	0	2655856,68	268514,88	3098149,66	1586,99	3099736,65
São Gabriel do Oeste	36358	160,53	138924,21	154,47	175597,21	11884,24	187481,45
Três Lagoas 1ª Vara	250566,77	589,24	1445055,48	135668,03	1831879,52	0	1831879,52
Três Lagoas 2ª Vara	37166,31	0	552280,8	0	589447,11	0	589447,11
Total	3396428,3	11785,2	32402713,84	2146546,6	37957473,94	238690,14	38196164,08

VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES

Vara do Trabalho	Tipo de Pagamento			Total
	Acordo	Execução	Pagamento Espontâneo	
Amambaí	1.108.237,13	486.600,94	374.794,85	1.969.632,92
Aquidauana	2.970.452,36	1.845.749,43	6.537,54	4.822.739,33
Bataguassu	17.546.084,88	9.947.664,70	8.124,16	27.501.873,74
Campo Grande 1ª Vara	8.989.085,28	11.961.857,73	92.049,58	21.042.992,59
Campo Grande 2ª Vara	8.771.255,96	5.420.320,34	1.109.936,62	15.301.512,92
Campo Grande 3ª Vara	7.695.926,11	77.098.693,47	492.237,23	85.286.856,81
Campo Grande 4ª Vara	12.531.474,47	14.623.221,02	1.981.503,17	29.136.198,66
Campo Grande 5ª Vara	12.458.544,17	19.831.006,92	47.831,53	32.337.382,62
Campo Grande 6ª Vara	7.122.972,82	4.292.368,03	2.324.506,22	13.739.847,07
Campo Grande 7ª Vara	5.617.993,53	15.159.395,42	109.035,15	20.886.424,10
Cassilândia	6.491.489,30	15.141.993,52	109.060,49	21.742.543,31
Corumbá	3.063.303,42	1.861.648,15	81.867,57	5.006.819,14
Coxim	4.927.071,57	3.227.817,61	93.373,63	8.248.262,81
Dourados 1ª Vara	5.988.256,94	68.728,15	7.694.410,57	13.751.395,66
Dourados 2ª Vara	5.422.303,05	13.218.511,30	72.315,55	18.713.129,90
Fátima do Sul	4.685.566,72	4.947.185,84	6.956,62	9.639.709,18
Jardim	1.354.076,95	76.383,23	604.332,52	2.034.792,70
Mundo Novo	3.720.669,48	905.965,08	870.852,36	5.497.486,92
Naviraí	6.071.448,03	7.057.506,73	1.858.504,69	14.987.459,45
Nova Andradina	13.337.185,40	2.562.895,09	52.737,02	15.952.817,51
Paranaíba	4.200.000,95	1.615.321,88	0,00	5.815.322,83
Ponta Porã	1.839.002,67	2.916.931,58	1.434.235,17	6.190.169,42
Rio Brilhante	5.857.957,96	30.746.846,03	46.355,60	36.651.159,59
São Gabriel do Oeste	3.233.733,39	404.018,49	142.515,95	3.780.267,83
Três Lagoas 1ª Vara	5.437.096,02	9.470.689,03	483.947,07	15.391.732,12
Três Lagoas 2ª Vara	4.447.167,22	2.599.575,89	29.649,88	7.076.392,99
Total	164.888.355,78	257.488.895,60	20.127.670,74	442.504.922,12

QUADRO DE PRODUÇÃO DOS JUÍZES TITULARES/SUBSTITUTOS**FASE DE CONHECIMENTO**

Processos Solucionados	
Juízes	Total
ADEMAR DE SOUZA FREITAS	767
ALEXANDRE MARQUES BORBA	991
ANA PAOLA EMANUELLI PEGOLO DOS SANTOS	572
ANDRÉ LUIS NACER DE SOUZA	550
ANNA PAULA DA SILVA SANTOS	603
ANTONIO ARRAES BRANCO AVELINO	671
APARECIDO TRAVAIN FERREIRA	571
BEATRIZ MAKI SHINZATO CAPUCHO	756
BÓRIS LUIZ CARDOZO DE SOUZA	949
CHRISTIAN GONÇALVES MENDONÇA ESTADULHO	17
DANIELA ROCHA RODRIGUES PERUCA	696
DÉA MARISA BRANDÃO CUBEL YULE	486
DENILSON LIMA DE SOUZA	592
ERIKA SILVA BOQUIMPANI	808
FABIANE FERREIRA	729
FATIMA REGINA DE SABOYA SALGADO	614
FLÁVIO DA COSTA HIGA	800
GERALDO FURTADO DE ARAUJO NETO	683
GUSTAVO DORETO RODRIGUES	639
HÉLIO DUQUES DOS SANTOS	862
HERBERT GOMES OLIVA	559
IVETE BUENO FERRAZ	733
IZABELLA DE CASTRO RAMOS	846
IZIDORO OLIVEIRA PANIAGO	688
JOÃO CANDIDO	780
JOÃO MARCELO BALSANELLI	179
JÚLIO CÉSAR BEBBER	59
KEETHLEN FONTES MARANHÃO	614

KELLY CRISTINA MONTEIRO DIAS ESTADULHO	888
LEONARDO ELY	702
LILIAN CARLA ISSA	158
LUIZ DIVINO FERREIRA	896
MARA CLEUSA FERREIRA JERONYMO	657
MARCELINO GONÇALVES	659
MARCELO BARUFFI	870
MÁRCIO ALEXANDRE DA SILVA	1.082
MARCIO KURIHARA INADA	624
MARCO ANTONIO DE FREITAS	105
MARCO ANTONIO MIRANDA MENDES	896
MARINA BRUN BUCKER	400
MÁRIO LUIZ BEZERRA SALGUEIRO	1.149
MAURICIO SABADINI	744
NADIA PELISSARI	606
NEIVA MARCIA CHAGAS	777
NOEDI FRANCISCO AROSI	56
ORLANDI GUEDES DE OLIVEIRA	755
PATRÍCIA BALBUENA DE OLIVEIRA BELLO	696
PRISCILA GIL DE SOUZA MURAD	676
PRISCILA ROCHA MARGARIDO	759
RENATO DE MORAES ANDERSON	631
RENATO LUIZ MIYASATO DE FARIA	697
TOMAS BAWDEN DE CASTRO SILVA	686
VALDIR APARECIDO CONSALTER JÚNIOR	785
VANESSA MARIA ASSIS DE REZENDE	757
WELLINGTON SEBASTIAO GONCALVES	646
Total	36.171

QUADRO DE PRODUÇÃO DOS JUÍZES TITULARES/SUBSTITUTOS

PROCESSOS DE EXECUÇÃO

Juizes	Execuções Extintas			
	Extintas por Acordo	Extintas por Pagamento	Outros	Total
ADEMAR DE SOUZA FREITAS	13	65	467	545
ALEXANDRE MARQUES BORBA	8	30	14	52
ANA PAOLA EMANUELLI PEGOLO DOS SANTOS	5	25	32	62
ANDRÉ LUIS NACER DE SOUZA	-	26	24	50
ANNA PAULA DA SILVA SANTOS	7	55	35	97
ANTONIO ARRAES BRANCO AVELINO	173	276	17	466
APARECIDO TRAVAIN FERREIRA	-	16	116	132
BEATRIZ MAKI SHINZATO CAPUCHO	1	171	90	262
BÓRIS LUIZ CARDOZO DE SOUZA	1	14	16	31
CARLOS ROBERTO CUNHA	-	4	1	5
CHRISTIAN GONÇALVES MENDONÇA ESTADULHO	-	-	5	5
CHRISTINA DE ALMEIDA PEDREIRA	-	8	1	9
DANIELA ROCHA RODRIGUES PERUCA	82	81	44	207
DÉA MARISA BRANDÃO CUBEL YULE	-	9	5	14
ERIKA SILVA BOQUIMPANI	2	207	16	225
FABIANE FERREIRA	1	28	50	79
FATIMA REGINA DE SABOYA SALGADO	1	22	15	38
FLÁVIO DA COSTA HIGA	8	64	88	160
GERALDO FURTADO DE ARAUJO NETO	5	19	36	60
GUSTAVO DORETO RODRIGUES	4	4	7	15
HÉLIO DUQUES DOS SANTOS	-	124	77	201
HERBERT GOMES OLIVA	2	60	23	85
IVETE BUENO FERRAZ	18	171	39	228
IZABELLA DE CASTRO RAMOS	4	4	77	85
IZIDORO OLIVEIRA PANIAGO	1	10	15	26
JOÃO CANDIDO	2	7	71	80
JOÃO MARCELO BALSANELLI	3	9	14	26
KEETHLEN FONTES MARANHÃO	2	19	21	42
KELLY CRISTINA MONTEIRO DIAS ESTADULHO	22	597	64	683
LEONARDO ELY	3	49	303	355
LILIAN CARLA ISSA	-	3	5	8
LUIZ DIVINO FERREIRA	6	75	8	89
MARA CLEUSA FERREIRA JERONYMO	7	32	14	53
MARCELINO GONÇALVES	15	184	110	309
MARCELO BARUFFI	3	64	64	131
MÁRCIO ALEXANDRE DA SILVA	40	139	38	217

MARCIO KURIHARA INADA	4	37	21	62
MARCO ANTONIO DE FREITAS	-	25	3	28
MARCO ANTONIO MIRANDA MENDES	-	196	26	222
MARINA BRUN BUCKER	2	102	14	118
MÁRIO LUIZ BEZERRA SALGUEIRO	12	106	63	181
MAURICIO SABADINI	6	187	8	201
NADIA PELISSARI	4	59	12	75
NEIVA MARCIA CHAGAS	6	60	37	103
NOEDI FRANCISCO AROSI	-	21	9	30
ORLANDI GUEDES DE OLIVEIRA	21	20	58	99
PATRÍCIA BALBUENA DE OLIVEIRA BELLO	1	105	65	171
PRISCILA GIL DE SOUZA MURAD	-	91	27	118
PRISCILA ROCHA MARGARIDO	1	7	41	49
RENATO DE MORAES ANDERSON	7	24	30	61
RENATO LUIZ MIYASATO DE FARIA	2	131	57	190
TOMAS BAWDEN DE CASTRO SILVA	7	131	66	204
VALDIR APARECIDO CONSALTER JÚNIOR	4	96	31	131
VANESSA MARIA ASSIS DE REZENDE	4	64	20	88
WELLINGTON SEBASTIAO GONCALVES	3	17	13	33
Total	523	4.150	2.623	7.296

INCIDENTES

MAGISTRADOS	Julgados							Total
	Embargos de Declaração	Antecipações de Tutela	Impugnações à Sentença de Liquidação	Embargos à Execução	Embargos à Arrematação	Embargos à Adjucação	Exceções de pré-executividade	
ADEMAR DE SOUZA FREITAS	80	93	11	36	-	-	3	223
ALEXANDRE MARQUES BORBA	54	26	-	21	-	-	1	102
ANA PAOLA EMANUELLI PEGOLO DOS SANTOS	111	73	-	27	-	-	2	213
ANDRÉ LUIS NACER DE SOUZA	21	5	1	7	-	-	10	44
ANNA PAULA DA SILVA SANTOS	62	78	3	17	-	-	1	161
ANTONIO ARRAES BRANCO AVELINO	69	24	41	62	-	-	5	201
APARECIDO TRAVAIN FERREIRA	34	8	1	8	-	1	-	52
BEATRIZ MAKI SHINZATO CAPUCHO	25	57	2	32	-	-	54	170
BÓRIS LUIZ CARDOZO DE SOUZA	24	43	2	24	-	-	1	94
CHRISTIAN GONÇALVES MENDONÇA ESTADULHO	-	-	-	-	-	-	-	-
DANIELA ROCHA RODRIGUES PERUCA	71	54	3	17	-	-	1	146
DÉA MARISA BRANDÃO CUBEL YULE	54	1	3	35	-	-	3	96
DENILSON LIMA DE SOUZA	33	1	-	-	-	-	-	34
ERIKA SILVA BOQUIMPANI	55	59	3	31	-	-	-	148
FABIANE FERREIRA	65	105	2	72	1	-	1	246
FATIMA REGINA DE SABOYA SALGADO	40	23	3	107	-	-	24	197
FLÁVIO DA COSTA HIGA	61	36	2	26	-	-	3	128
GERALDO FURTADO DE ARAUJO NETO	52	14	-	6	-	-	-	72
GUSTAVO DORETO RODRIGUES	35	24	1	1	-	-	-	61
HÉLIO DUQUES DOS SANTOS	38	17	4	49	-	-	76	184
HERBERT GOMES OLIVA	37	81	1	28	-	-	1	148
IVETE BUENO FERRAZ	87	90	7	77	-	-	3	264
IZABELLA DE CASTRO RAMOS	53	46	6	98	-	-	1	204
IZIDORO OLIVEIRA PANIAGO	26	221	8	42	-	-	2	299
JOÃO CANDIDO	52	17	1	1	-	-	1	72
JOÃO MARCELO BALSANELLI	5	45	5	13	-	-	2	70
JÚLIO CÉSAR BEBBER	11	-	-	-	-	-	-	11
KEETHLEN FONTES MARANHÃO	90	18	2	27	-	-	-	137
KELLY CRISTINA MONTEIRO DIAS	83	20	10	113	-	-	2	228

ESTADULHO								
LEONARDO ELY	20	3	6	19	1	-	-	49
LILIAN CARLA ISSA	13	40	3	4	-	-	-	60
LUIZ DIVINO FERREIRA	58	33	4	16	-	-	1	112
MARA CLEUSA FERREIRA JERONYMO	95	40	1	-	-	-	2	138
MARCELINO GONÇALVES	41	97	3	70	-	-	2	213
MARCELO BARUFFI	32	20	3	6	-	-	-	61
MÁRCIO ALEXANDRE DA SILVA	136	13	3	62	-	-	2	216
MARCIO KURIHARA INADA	35	21	1	16	-	-	3	76
MARCO ANTONIO DE FREITAS	24	-	-	9	-	-	-	33
MARCO ANTONIO MIRANDA MENDES	60	103	-	48	-	-	1	212
MARINA BRUN BUCKER	52	72	15	57	1	-	4	201
MÁRIO LUIZ BEZERRA SALGUEIRO	135	185	24	145	-	-	10	499
MAURICIO SABADINI	55	14	2	16	-	-	-	87
NADIA PELISSARI	49	137	7	70	-	-	6	269
NEIVA MARCIA CHAGAS	49	45	4	11	1	-	1	111
NOEDI FRANCISCO AROSI	-	1	-	8	-	-	-	9
ORLANDI GUEDES DE OLIVEIRA	64	49	-	15	-	-	1	129
PATRÍCIA BALBUENA DE OLIVEIRA BELLO	76	44	2	39	-	-	1	162
PRISCILA GIL DE SOUZA MURAD	52	52	5	21	-	-	1	131
PRISCILA ROCHA MARGARIDO	51	2	-	6	-	-	-	59
RENATO DE MORAES ANDERSON	87	99	1	34	-	-	3	224
RENATO LUIZ MIYASATO DE FARIA	87	2	7	44	1	-	4	145
TOMAS BAWDEN DE CASTRO SILVA	88	95	15	55	-	-	5	258
VALDIR APARECIDO CONSALTER JÚNIOR	63	48	7	25	-	-	6	149
VANESSA MARIA ASSIS DE REZENDE	82	126	4	49	-	-	4	265
WELLINGTON SEBASTIAO GONCALVES	56	43	1	7	-	-	3	110
Total	2.988	2.663	240	1.829	5	1	257	7.983

SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO TRABALHISTA (TST) / DE 22 a 26/05/2017

Número de audiências designadas:	1.556
Número de audiências realizadas:	1.474
Numero de acordos:	402
Valores:	R\$ 8.248.913,21

SEMANA NACIONAL DA EXECUÇÃO TRABALHISTA (CSJT) / DE 08 a 22/09/2017

Número de audiências designadas:	167
Número de audiências realizadas:	164
Numero de acordos:	81
Valores:	R\$ 2.928.513,43

SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO (CNJ) / DE 27/11 A 1/12/2017

Número de audiências designadas	1.094
Número de audiências realizadas	1.070
Numero de acordos	371
Valores	R\$ 6.512.934,87

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO 2º GRAU

PRODUÇÃO DOS DESEMBARGADORES

Magistrados	RELATOR														Solucionados		Lavratura de acórdão			
	Recebidos		Conclusos		Distribuídos e pendentes de conclusão	Restituídos		Pendentes				Pauta			Em sessão	Decisões Monocráticas	Recebidos	Lavrados	Aguardando a lavratura	
	Por Distribuição	Por Redistribuição	Ações Originárias e Recursos	Recursos Internos		Com visto/ Com decisão monocrática	Outros	Em estudo		Saldo no MP	Em diligência	Incluídos em Pauta	Aguardando Pauta	Julgamento adiado					No prazo	Prazo vencido
								No prazo	Prazo vencido											
AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR	1634	60	1922	322	3	2034	264	7	0	14	3	2566	86	2	2064	73	2163	2162	0	2
ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA	1652	39	1768	337	1	1951	161	136	0	6	3	1922	47	3	1863	155	1872	1872	0	0
FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA FILHO	1598	66	1797	372	1	2061	156	438	13	9	3	2403	82	4	1947	88	1963	1956	8	0
JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA	2	1	33	5	2	25	23	0	0	0	0	22	0	0	7	3	17	17	0	0
JÚLIO CÉSAR BEBBER	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	1	0	0	0	0	0	0	0
MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA	1597	47	1764	259	0	1922	169	105	0	3	7	2045	80	4	1883	106	1896	1897	0	0
NERY SÁ E SILVA DE AZAMBUJA	1624	40	1724	51	5	1297	122	373	0	2	0	1341	45	2	1170	108	1177	1178	0	0
NICANOR DE ARAUJO LIMA	176	56	262	102	10	584	103	4	0	0	11	652	4	1	580	128	625	626	0	0
RICARDO GERALDO MONTEIRO ZANDONA	1648	55	1871	374	2	1971	214	216	0	4	11	2242	157	4	1952	64	1960	1915	45	0
TOMAS BAWDEN DE CASTRO SILVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0	0	5	0	0	0	0
Total	9931	364	11141	1822	24	11845	1212	1279	13	38	53	13193	502	20	11466	730	11673	11623	53	2

Magistrados	REVISOR					VISTOR			
	Conclusos	Restituídos		Em estudo		Conclusos	Restituídos	Em estudo	
		Com visto	Outros	No prazo	Prazo vencido			No prazo	Prazo vencido
AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR	137	134	1	2	0	2	2	0	0
ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA	147	147	0	0	0	1	1	0	0
FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA FILHO	122	129	0	0	0	1	1	0	0
MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA	122	122	0	0	0	0	0	0	0
NERY SÁ E SILVA DE AZAMBUJA	76	76	0	0	0	3	3	0	0
NICANOR DE ARAUJO LIMA	11	21	1	0	0	1	1	0	0
RICARDO GERALDO MONTEIRO ZANDONA	117	128	0	7	0	2	2	0	0
Total	732	757	2	9	0	10	10	0	0

Recebidos, Julgados e Resíduo por TRT

Recebidos			Julgados		Pendentes de Julgamento
Por distribuição	Recursos Internos	Para Novo Julgamento	Ações Originárias e Recursos	Recursos Internos	Em 31/12/17
9942	1898	33	10413	1784	2536

Recursos de Competência Hierarquicamente Superior - TST

Recursos de Revista		Quantidade
(A) Interpostos		4640
(B) Conclusos		5323
(C) Admitidos		361
(D) Não admitidos		4457
(E) Baixados - Acordo/Desistência/Fungibilidade		215
(F) Pendentes	(F1) Suspensos ou sobrestados	108
	(F2) Exceto suspensos ou sobrestados	518
	Total	626

Recursos de Competência Hierarquicamente Superior - TST

Recursos Ordinários		Quantidade
(A) Interpostos		36
(B) Conclusos		7
(C) Recebidos		4
(D) Não recebidos		1
(E) Baixados - Acordos/Desistência/Fungibilidade		2
(F) Pendentes	(F1) Suspensos ou sobrestados	0
	(F2) Exceto suspensos ou sobrestados	10
	Total	10

Recursos de Competência Hierarquicamente Superior - TST

Agravos de Instrumento em Recurso de Revista	Quantidade
(A) Interpostos	2416
(B) Remetidos ao TST	3119
(C) Pendentes de remessa	519

Prazos Médios por TRT

TRT-UF	Do recebimento até a distribuição		Da distribuição até a restituição com visto do Relator	Da conclusão até a restituição com visto do revisor	Do Recebimento para inclusão em pauta até o julgamento	Da autuação até o julgamento		Da autuação até a baixa			Acórdão		
	Das Ações Originárias	Dos Recursos				Das Ações Originárias	Dos Recursos	Das Ações Originárias	Dos Recursos	Tramitação preferencial	Do recebimento para lavratura até a sua assinatura	Da remessa para assinatura pelo MPT até o recebimento	Do julgamento até a publicação
24a - MS	20,5	18,07765	50,86105565	9,7330251	29,50502292	93,323197	90,922293	161,839513	202,8017	242,461036	2,6690854		7,65329
Média:	20,5	18,0777	50,861056	9,733025	29,5050229	93,323197	90,9223	161,8395	202,802	242,461	2,6690854		7,65329

Arrecadação por TRT

TRT	Custas processuais arrecadadas	Emolumentos arrecadados	Contribuição previdenciária	Imposto de Renda	Total
24a – MS	3.505,04	0,00	2.387,11	0,00	5.892,15
Total:	3.505,04	0,00	2.387,11	0,00	5.892,15

O Tribunal, no decorrer do ano de 2017, desenvolveu diversas atividades relevantes na área finalística:

I – NUPEMEC – CEJUSC Campo Grande

Criados pela Portaria TRT/GP/SCJ nº 003/2017, o TRT da 24ª aderiu à Política Judiciária Nacional de Tratamento das Disputas de Interesses Trabalhistas, instituídas pelo Conselho Superior do Trabalho, conforme dispõe a Resolução nº 174/2016 do CSJT e criou o NUPEMEC-JT e os CEJUSC-JT no âmbito do Regional.

O NUPEMEC-JT desempenha as atribuições previstas no art. 5º da Resolução nº 174/2016 da CSJT, além das previstas nas Resoluções Administrativas nº 50/2011 e 01/2012. A coordenação do NUPEMEC-JT é exercida pelo Desembargador Vice-Presidente do Tribunal, Nicanor de Araújo Lima, e se destina a realizar audiências de conciliação nos processos com a interposição de Recurso de Revista.

O CEJUSC-JT/Campo Grande, coordenado por magistrado de primeiro grau, é uma unidade vinculada ao NUPEMEC-JT e se destina à realização de audiências de conciliação nos processos que se encontram na fase inicial.

As novas instalações da sede do Foro Trabalhista da Capital possuem espaço destinado ao CEJUSC-JT, que tem previsão de início das atividades a partir do dia 13/3/2017, com pautas de conciliação de aproximadamente 300 processos.

II - Grupo de Apoio Judiciário

A Portaria TRT/GP/SCJ nº 004/2016 instituiu o Grupo de Apoio Judiciário, em caráter permanente, em substituição Grupo de Apoio às Varas do Trabalho, na estrutura da Coordenadoria de Apoio à Primeira Instância e Solução de Conflitos – CAPISC, com as atribuições de auxiliar as atividades das Secretarias das Varas do Trabalho e Postos Avançados para cumprimento das Metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e Conselho Superior da Justiça do Trabalho para assegurar a tramitação normal dos processos.

No ano de 2017, o Grupo de Apoio Judiciário atendeu a 37.312 processos das Varas do Trabalho da capital e do interior e do CEJUSC-JT/Campo Grande.

III – Grupo de Assistentes Técnicos

Em dezembro de 2016, por meio da Portaria TRT/GP/DGCA nº 183/2016, foi criado o Grupo de Assistentes Técnicos – GAT, integrado à Secretaria de Coordenação Judiciária, em substituição ao Grupo de Apoio aos Juízes Substitutos não fixados em Vara do Trabalho do TRT da 24ª Região. Ao GAT foram destinadas, inicialmente, 9 (nove) funções comissionadas de assistente técnico, símbolo FC 3, para atender ao segundo juiz substituto fixado nas Varas do Trabalho que possuam no quadro 2 (dois) assistentes de juiz; e ao primeiro juiz auxiliar fixo nas varas do Trabalho que possuam no quadro 1 (um) assistente de juiz.

No ano de 2017, foram elaboradas 1.726 minutas de sentenças e decisões pelos assistentes técnicos que compõem o GAT.

IV – Cadastro Eletrônico de Profissionais e Órgãos Técnicos ou Científicos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região – CPTEC-TRT24

Em cumprimento à Resolução CNJ nº 233/2016, o Tribunal instituiu o Cadastro Eletrônico de Profissionais e Órgãos Técnicos ou Científicos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região – CPTEC-TRT24, por meio da Portaria TRT/GP/SJ nº 007/2017 (Resolução Administrativa nº 44/2017), disponibilizada no DEJT nº 2237, em 30/5/2017.

O CPTEC-TRT24 é destinado ao gerenciamento e à escolha de interessados em prestar serviços de perícia ou de exame técnico nos processos judiciais como auxiliares temporários da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 156, § 1º, do Código de Processo Civil.

Com a criação do CPTEC-TR24, houve uma integração ao pagamento de requisições de honorários aos peritos, tradutores e intérpretes, no caso de concessão à parte do benefício da justiça gratuita, efetuados com o recurso orçamentário do Tribunal, vinculado ao custeio da Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.

V – Coordenadoria de Documentação e de Gerenciamento de Precedentes (CDGEP)

Em cumprimento ao disposto no art. 6º da Resolução n. 235, de 13.07.2016, do Conselho Nacional de Justiça, por meio da Portaria **TRT/GP/DG nº 67/2017** (publicada em 18 de maio de 2017) foi transformado o Núcleo de Documentação em Núcleo de Documentação e de Gerenciamento de Precedentes – NUDGEP – deste Regional, cujas competências incluem exercer as atribuições previstas no art. 7º da mencionada Resolução e assistir ao Comitê de Uniformização de Jurisprudência na padronização de procedimentos administrativos decorrentes de julgamentos de **repercussão geral**, de **casos repetitivos** e de **incidente de assunção de competência** previstos no CPC/2015.

Em julho de 2017, foi criada na estrutura organizacional deste Regional, pela **Portaria TRT/GP/DG Nº 94/2017**, a Coordenadoria de Documentação e de Gerenciamento de Precedentes (CDGEP), subordinada à Secretaria Judiciária, absorvendo as competências do NUDGEP.

No exercício de 2017, a CDGEP auxiliou o Comitê de Gestão Documental no exercício de seus misteres. Dentre as proposições apresentadas, formulou as que se destacam:

a) Proposição TRT/NDOC Nº 001/2017 - relativa à renovação do acordo de cooperação técnica entre o TRT da 24ª Região e a Lex Editora S.A., com o objetivo deste TRT fornecer a transcrição magnética do banco de dados de acórdãos e ementas jurisprudenciais dele emanadas à referida Editora, recebendo em contrapartida 64 (sessenta e quatro) senhas de acesso ao sistema on line chamado “Magister Net”, a serem utilizadas pelos magistrados desta Justiça, gerando uma economia de aproximadamente R\$ 125.000,00 (cento e vinte cinco mil reais);

b) Proposição TRT/NUDGEPI N. 08 /2017 - relativa à estruturação da nova sede do Memorial da Justiça do Trabalho da 24ª Região, referente aos projetos arquitetônico, luminotécnico e de instalação elétrica, mediante orçamento disponibilizado pelo CSJT, destinado à melhoria dos arquivos, da gestão documental e da preservação da memória;

c) Proposição TRT/NUDGEPI N. 10/2017 – relativa à aquisição de equipamentos e sistemas tecnológicos avançados com linguagem e design interativos, para o Memorial da Justiça do Trabalho da 24ª Região, e

d) Proposição TRT/CDGEP/ N. 013/2017 – relativa ao Projeto de Criação da Biblioteca Digital da Justiça do Trabalho da 24ª Região, propondo a contratação de duas assinaturas

de domínio das empresas EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA - THOMSON REUTERS GLOBAL RESOURCES e V3 SERVICES INFORMAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.

Deu continuidade e gerenciou as atividades dos Projetos:

1. PROJETO “TRT na PRÁTICA”

Criado por meio da Resolução Administrativa n. 53/2012, o Projeto foi retomado e reformulado em setembro de 2017, alinhado ao tema “Responsabilidade Social” do Plano Estratégico 2015/2020 do TRT da 24ª Região. Até o fim do ano, atendeu aproximadamente a 200 acadêmicos das Faculdades de Direito do Estado de Mato Grosso do Sul.

2. PROJETO “HISTÓRIA ORAL”

Dando continuidade ao Projeto, que tem por objetivo resgatar a história da Justiça do Trabalho da 24ª Região e a história de vida de seus magistrados, a CDGEP realizou pesquisas biográficas, consolidou dados coletados e promoveu a transcrição das entrevistas realizadas.

3. PROJETO “ANÁLISE HISTÓRICA NOS PROCESSOS FINDOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE MATO GROSSO DO SUL”

Dando continuidade aos acordos de cooperação técnicas com as universidades de Mato Grosso do Sul, que têm por objetivo a cedência de processos findos em contrapartida à promoção da análise histórica nos referidos processos e a produção de artigos científicos, no ano de 2017, foi realizado o lançamento do livro "JT24 no Curso da História de MS", versão impressa, no Anfiteatro Padre Ângelo Adolfo Sánchez y Sánchez, na Universidade Católica Dom Bosco, durante a aula inaugural do curso de História.

A obra foi encaminhada aos membros do Tribunal Superior do Trabalho, aos Tribunais Regionais do Trabalho, à Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região, à Governadoria do Estado, ao Tribunal de Justiça de MS, à Assembleia Legislativa, à Superintendência Regional do Trabalho, à Ordem dos Advogados do Brasil/MS, ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, bem como para as instituições de ensino superior do Estado.

Exemplares da publicação também foram distribuídos aos representantes dos TRTs durante o Seminário "Política Nacional de Arquivos para Justiça do Trabalho: Diretrizes para Elaboração do Planejamento da Gestão de Documentos e Arranjo e Descrição de Acervos Permanentes", realizado nos dias 24 e 25.03.2017, no TRT da 16ª Região, São Luís/MA.

Desenvolveu, em apoio à Presidência do Tribunal, os eventos:

Semana em Comemoração ao Dia do Trabalho – realizada em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Mato Grosso do Sul, da Fundação Social do Trabalho de Campo Grande e da Unimed, entre os dias 24 a 28.04.2017.

A programação direcionada à população incluiu o Projeto Conhecendo a Ouvidoria, a Central de Atendimento ao Cidadão e o CEJUSC; intermediação de empregos com cadastro e encaminhamento para vagas ofertadas pela FUNSAT; orientações para o trabalho e demais serviços; emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social; serviços de medicina preventiva e campanha de vacinação contra H1N1 (para magistrados e servidores), bem como organizou o

Simpósio “Reforma Trabalhista (PL 6787/2016) e suas Implicações” e o lançamento da Exposição “Trabalho e Trabalhadores do Brasil.

Lançamento da Exposição Itinerante “FACES do TRT da 24ª Região” - em 27.10.2017, elaborada em reconhecimento e homenagem a todos os magistrados e servidores, em razão do transcurso do Dia do Servidor Público.